

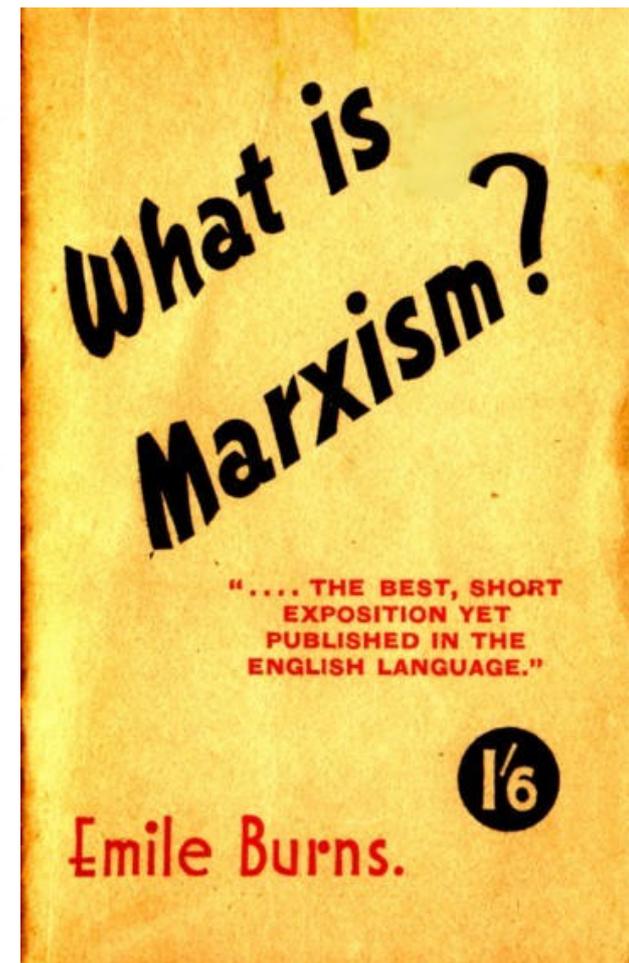
O QUE É O MARXISMO ?

=====

por

EMILE BURNS

Uma exposição muito simples  
que qualquer um pode compreender  
sem estudos prévios.



## CAPÍTULO I

=====

## UMA PERSPECTIVA CIENTÍFICA DO MUNDO

=====

O Marxismo é uma teoria geral do mundo em que vivemos, e da sociedade humana como parte desse mundo. Tira o seu nome de Karl Marx (1818-1883), que, juntamente com Friedrich Engels (1820-1895), formou a teoria na segunda metade do último século.

Propuseram-se descobrir porque a sociedade humana é o que é, porque se modifica, e que futuras mudanças estão para vir para a espécie humana. Os seus estudos levaram-nos à conclusão de que essas mudanças - como as mudanças na natureza externa - não são acidentais, mas seguem certas leis. Este facto torna possível estabelecer uma teoria científica da sociedade, baseada na real experiência dos homens, em oposição a vagas noções acerca da sociedade, que costumavam ser - e ainda ~~é~~ são - apresentadas - noções associadas com crenças religiosas, cultos de raças e de heróis, inclinações pessoais ou sonhos utópicos.

Marx aplicou esta ideia geral à sociedade em que viveu - principalmente a Grã-Bretanha capitalista - e estabeleceu a teoria económica do capitalismo pela qual se tornou mais largamente conhecido. Mas sempre insistiu em que as suas teorias económicas não podiam ser separadas das suas teorias históricas e sociais. Os lucros e os salários podem ser estudados até um certo ponto como problemas puramente económicos; mas o estudante que se proponha estudar a vida real e não abstrações em breve se dá conta de que os lucros e os salários só podem ser completamente compreendidos quando os patrões e os operários são trazidos para dentro do quadro; e estes por sua vez levam a um estudo do estágio histórico em que vivem.

O acesso científico ao desenvolvimento da sociedade é baseado, como toda a ciência, na experiência, nos factos da história e nos factos do mundo que nos rodeia. Portanto, o Marxismo não é uma teoria completa, acabada. À medida que a história se desenrola, à medida que o homem adquire mais experiência, o Marxismo está constantemente a ser desenvolvido e aplicado aos novos factos que vêm à luz. Os mais salientes destes desenvolvimentos, desde a morte de Marx e Engels, foram os realizados por V. I. Lenin (1870-1924), e por Joseph Stalin, que continuou a obra de Lenin na construção da nova sociedade socialista na Rússia.

O resultado do acesso científico ao estudo da sociedade é o conhecimento que pode ser usado para modificar a sociedade, tal como todo o conhecimento científico pode ser usado para modificar o mundo externo. Mas torna também claro que as leis gerais que governam o movimento da sociedade são do mesmo padrão que as leis do mundo externo.

Estas leis que valem universalmente, tanto para os homens como para as coisas, formam o que se pode chamar a filosofia ou a perspectiva do mundo Marxista.

Os capítulos seguintes tratam da teoria Marxista nos campos que são de interesse mais imediato. É essencial, no entanto, para o estudante o compreender desde o princípio que ~~o~~ o Marxismo não reclama o reconhecimento por se basear em princípios morais abstractos mas por ser verdadeiro. E por ser verdadeiro pode ser e deve ser usado para libertar a humanidade para sempre dos males e das misérias que a tantos afligem hoje no mundo, e para auxiliar os homens e as mulheres a atingir o pleno desenvolvimento numa forma mais alta de sociedade.

:--:--:--:--:--:--:  
 -:--:--:--:--:--:  
 :--:--:--:  
 -:--  
 -

## CAPÍTULO II

\*\*\*\*\*

### AS LEIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

=====

A História da espécie humana é usualmente apresentada em forma de registo de guerras entre nações e de proezas individuais de monarcas, generais ou estadistas. Algumas vezes os desígnios destes indivíduos são descritos duma maneira puramente pessoal - as suas ambições levaram-nos a conquistar território, ou o seu aspecto moral ou imoral originaram que eles adoptassem certas políticas. Algumas vezes são descritos como actuando pela segurança da honra ou prestígio do país, ou por algum motivo de religião.

O Marxismo não se satisfaz com tal maneira de entender a História.

Em primeiro lugar, considera que a real ciência da História deve tratar sobretudo dos povos, e dos indivíduos somente em tanto quanto representem algo de mais vasto que eles próprios - algum movimento do povo.

Por exemplo, Cromwell é importante não por causa do seu próprio aspecto e das suas acções individuais, mas porque desempenhou um papel importante no movimento de uma parte do povo inglês contra a velha ordem. Ele e o seu movimento quebraram as barreiras do feudalismo, e abriram o caminho para o desenvolvimento expansionista do capitalismo na Grã-Bretanha. O que importa não é o registo das suas batalhas e das suas intrigas e aspectos religiosos. Mas o estudo do lugar de Cromwell no desenvolvimento da produção Britânica e da sua distribuição, a compreensão de porque, naquele período e na Grã-Bretanha, a luta se desenvolveu contra a monarquia feudal; o estudo das mudanças realmente efectuadas

naquele período - estes são importantes; eles são a base da ciência da História. Pela utilização do conhecimento derivado de tal estudo (ao lado do estudo de outros períodos e de outros povos), é possível deduzir teorias gerais - leis do desenvolvimento da sociedade, que são tão reais como as leis da química ou de qualquer outra ciência. E uma vez que conheçamos estas leis, podemos fazer uso delas, tal como podemos fazer uso de qualquer lei científica - podemos não só prever o que é provável que aconteça, mas podemos actuar de maneira a tornar certo que isso aconteça; ou, como no caso do fascismo, a suspender o acontecimento.

Assim aborda o Marxismo o estudo da História a fim de traçar as leis naturais que correm através de toda a História humana, e para esse fim olha não para indivíduos mas para povos. E ao olhar para povos (depois da fase da sociedade primitiva) encontra que há diferentes secções do povo, umas remando num sentido e outras noutra, não como indivíduos, mas como classes.

O que são estas classes? Nos termos mais simples, são secções do povo que tratam da sua vida da mesma maneira. Na sociedade feudal o monarca e os senhores feudais vivem de alguma forma de tributo (quer em serviços pessoais quer em pagamentos em espécie) prestado pelos seus servos, que foram quem realmente produziu as coisas, extraindo-as principalmente da terra. Os senhores feudais eram uma classe, com interesses como uma classe - todos queriam obter tanto quanto possível do trabalho dos seus servos; todos queriam aumentar a sua terra e o número de servos que trabalhavam para eles. Por outro lado, os servos eram uma classe, com os seus próprios interesses de classe. Queriam conservar para eles e suas famílias uma maior quantidade daquilo que produziam, em vez de a entregarem aos seus senhores; queriam liberdade para trabalharem para eles mesmos; queriam acabar com o áspero tratamento que recebiam das mãos dos seus senhores, que eram também quem fazia as suas leis e quem os julgava. Um escritor anglo-saxão expressou os sentimentos de um servo que tinha de lavrar a terra do seu senhor: ~~XXXXXXXX~~ "Oh! senhor, eu trabalho arduamente. Saio ao nascer o sol, levo os bois para o campo e junjo-os à charrua. E por mais rigoroso que o inverno seja, jãmais me atrevo a ficar em casa pois tenho medo ao meu senhor; tenho de lavrar em cada dia um acre completo ou mais..." (Transcrito por Eileen Power em "Medieval People, pg.22).

Daí o haver em todos os países feudais uma luta constante entre os senhores e os servos, algumas vezes apenas sobre base individual ou de um grupo de servos contra o seu senhor particular; outras vezes, sobre base mais vasta, quando grandes números de servos actuavam em conjunto para tentar obter que se tornassem mais fáceis as suas condições gerais de vida. A revolta de 1381 em Inglaterra, chefiada por John Ball e Wat Tyler, é um exemplo disso. A história completa é narrada no livro de H. Fagan "Nine Days that Shook England" (Nove dias que abalaram a Inglaterra). Idênticos levantamentos de servos ou camponeses ocorreram na Alemanha, na Rússia e em muitos outros países, embora a luta se fosse continuamente tornando de menor escala.

Além da obrigação de trabalhar a terra do seu senhor, havia muitas formas de tributos a pagar em espécie - não só uma parte da produção do seu próprio arrendamento, mas produtos também do trabalho manual dos servos e suas famílias, que soubessem algum ofício. Havia alguns artífices especializados - por exemplo, fabricantes de armas e equipamentos. E havia mercadores que compravam os produtos excedentes, negociando-os contra produtos de outras regiões ou países. Com o aumento do comércio estes mercadores começaram a necessitar de mais que os excedentes produzidos pelos servos e não requisitados pelos seus senhores; principiaram, portanto, a desenvolver a produção organizada para o mercado, utilizando todo o tempo de trabalho de servos que se tinham libertado ou tinham conseguido fugir aos seus senhores. Alguns dos servos libertos também arranjaram a estabelecer-se nas cidades como artífices livres, produzindo vestuário, utensílios de metal e outros artigos. Assim, em vagaroso desenvolvimento, que levou centenas de anos, cresceu, dentro da produção feudal para consumo local, também a produção para o mercado, executada por artífices independentes e patrões de trabalho assalariado. Os artífices independentes transformaram-se também gradualmente em patrões, mantendo ao seu serviço homens a jornal mediante salário. Assim, desde o Século XVI em diante passou a existir uma nova classe, a classe capitalista industrial, com a sua "sombra", a classe operária industrial. No campo, também, as velhas obrigações feudais foram quebradas - o serviço pessoal foi transformado em dinheiro de renda, os servos foram transformados em muitos casos em camponeses livres, cada um com o seu arrendamento, e o dono das terras começou a pagar salários pela mão de obra de que necessitava para as suas próprias quintas; desta forma também no campo passaram a existir os fazendeiros capitalistas ao lado dos camponeses assalariados.

Mas o crescimento da classe capitalista na cidade e no campo não pôs termo automaticamente à anterior classe dominante de senhores feudais. Pelo contrário, a monarquia, a velha aristocracia senhora das terras e a Igreja fizeram todo o possível por usar o novo capitalismo em seu próprio benefício. Os servos forros ou fugidos para a cidade, libertavam-se também do pagamento de tributos (em serviço pessoal, em espécie ou em dinheiro) aos senhores. Mas quando os descendentes desses servos se tornaram relativamente ricos, começaram a verificar que não eram realmente livres - o rei e a nobreza feudal obrigavam-nos a pagar contribuições de todas as espécies, impunham restrições ao seu comércio, e impediam o livre desenvolvimento do seu negócio industrial.

O rei e a velha nobreza senhora das terras podiam fazer isso porque tinham nas mãos a maquinaria do Estado - as forças armadas, os juizes e as prisões, ao passo que eram eles também quem fazia as leis. Portanto, o desenvolvimento da classe capitalista significou também o desenvolvimento de novas formas de luta de classes. Os capitalistas tiveram de envolver-se numa luta contra a monarquia e os senhores feudais, luta que continuou por muitos séculos. Em alguns países relativamente atrasados continua ainda - mas na Grã-Bretanha e na França, por exemplo, já acabou.

Como aconteceu isto?

Pela conquista do poder que a classe capitalista fez, por meio de revolução armada, aos anteriores dominantes feudais.

Na Grã-Bretanha, onde essa fase foi atingida muito mais cedo do que nos outros países, a contínua luta da crescente classe capitalista contra as contribuições e as restrições atingiu um alto ponto no meado do século XVII. Essas restrições estavam a atrasar a expansão da forma capitalista de produção. Os capitalistas tentaram obter que fossem renovadas por meios pacíficos - por petições ao rei, pela recusa de pagamento de impostos, etc.; mas nada de longo alcance se podia ganhar contra a maquinaria do Estado. Portanto os capitalistas tinham de empregar a força contra a força; tinham de levantar o povo contra o rei, contra os impostos arbitrários e as restrições ao comércio, contra as prisões e as penalidades impostas pelos juizes do rei para todas as tentativas de rompimento das barreiras feudais.

Por outras palavras, os capitalistas tinham de organizar uma revolução armada, levar o povo a pegar em armas contra o rei e as velhas formas de opressão - derrotar os anteriores dominantes por meios militares. Só depois de feito isso, seria possível para a classe capitalista tornar-se a classe dominante, quebrar todas as barreiras ao desenvolvimento do capitalismo, e fazer as leis necessárias para isso.

É perfeitamente exacto que esta revolução capitalista na Inglaterra é apresentada em muitas Histórias como uma luta contra o despotismo e as inclinações católico-romanas de Carlos I, ao passo que Cromwell é representado como um altamente respeitável anti-Católico, com grandes ideais de liberdade Britânica. A luta, em resumo, é apresentada como uma luta moral e religiosa.

O Marxismo vai mais fundo que os indivíduos e mais fundo do que as "senhas" sob que foi conduzida a luta. Vê a essência da luta daquele período como a batalha da ascendente classe capitalista para tomar o poder à velha classe feudal dominante. E de facto houve uma nítida reviravolta: depois daquela revolução e da sua segunda fase em 1689, a classe capitalista conquistou uma parte considerável na fiscalização do Estado.

Na Inglaterra, devido à fase precoce em que surgiu a revolução capitalista, a vitória dos capitalistas não foi decisiva nem completa. Em consequência disso, embora as velhas relações feudais tivessem sido grandemente destruídas, a classe dos grandes senhores de terras (incluindo os ricos recrutados das cidades) sobreviveram em grande parte e até se desenvolveram como grandes proprietários capitalistas, misturando-se com os interesses dos endinheirados durante os dois séculos seguintes, e conservando uma considerável parte na fiscalização do Estado.

Mas em França, onde todo o processo veio mais tarde e a revolução capitalista se não deu até 1789, as modificações imediatas foram de mais longo alcance. Para o Marxista, no entanto, isso não foi devido ao facto de Rousseau e outros escritores terem escrito palavras a proclamar os direitos do homem, nem ao facto de as "senhas" populares da re-



volução serem "Liberdade - Igualdade - Fraternidade." Tal como a essência da revolução de Cromwell se encontra na luta de classes e não nos "lemas" religiosos, assim a essência da revolução francesa se deve encontrar nas relações de classe e não nos abstractos princípios de justiça inscritos nas suas bandeiras.

Marx diz de tais períodos: "Tal como não podemos julgar um indivíduo pela opinião que ele forma de si próprio, assim um tal período revolucionário não pode ser julgado pela sua própria rectidão." (Introdução à "Crítica de Economia Política" (Manual de Marxismo), pg. 372). O que é importante para a compreensão de períodos revolucionários é ver as classes em luta pelo poder, a nova classe a conquistar o poder à velha; mesmo se, consciente ou inconscientemente, os chefes da nova classe proclamam que estão a lutar por ideias ou princípios aparentemente abstractos e sem ligação directa com a questão de interesses de classe ou de poder de classe.

A compreensão Marxista da História vê a luta entre as classes contendoras como a principal força motriz do desenvolvimento da sociedade humana.

Mas ao lado da luta de classes dá-se o desenvolvimento da ciência - do poder do homem sobre a natureza, do poder do homem para produzir as coisas de que necessita para viver.

A descoberta da maquinaria movida a vapor foi um imenso passo para a frente na produção; mas não foi só isso. Trouxe também com ela a impossibilidade de o produtor ter a roca, o fuso e o tear caseiros, pois não mais podia concorrer com os produtores rivais que usassem máquinas a vapor que, com um só operário, num dia, faziam mais do que o artífice podia produzir numa semana inteira.

Portanto, o produtor individual que possuía e usava os seus próprios instrumentos de produção, deu lugar a dois grupos de gente - a classe capitalista que possuía a nova maquinaria a vapor mas não trabalhava com ela; e a classe operária industrial que não possuía quaisquer meios de produção mas trabalhava mediante salário para os que as possuíam.

Esta modificação efectuou-se inconscientemente sem ter sido planeada por quem quer que fosse; foi o resultado ~~immediato~~ directo do conhecimento novo adquirido por alguma gente, que o aplicou à produção para sua própria vantagem, mas sem de qualquer maneira prever ou desejar as consequências sociais que se lhe seguiriam. Marx sustentava que isso era verdadeiro para todas as modificações na sociedade humana; o homem estava constantemente a aumentar o seu conhecimento, a aplicar o conhecimento recém-adquirido à produção, e desta maneira a causar profundas modificações sociais. Estas modificações levavam a conflitos-~~entre~~ de classes, que tomavam a forma de conflitos sobre ideias ou instituições - religião, parlamento, justiça, etc. - porque as ideias então correntes tinham amadurecido sobre a base do velho modo de produção e das velhas relações de classes.

Tome-se para exemplo a instituição dos "estados". Estes, na Inglaterra, costumavam ser os Lords Espirituais (Clero), os Lords Temporais (Nobreza) e os Comuns (Povo); cada "estado" tinha representação separada nos primeiros parlamentos que surgiram. Embora estes ainda sobrevivam na divisão formal entre a Casa dos Lords e a Casa dos Comuns, os "estados" perderam todo o significado com a radical expulsão do feudalismo e a nova divisão da sociedade em capitalistas e operários. Em França não há um só vestígio da velha divisão em "estados"; e na América Branca nunca se ouvira sequer falar de tais "estados" porque ao tempo do desenvolvimento dos Estados Unidos o feudalismo já estava muito próximo do seu fim.

O que trouxe tais ideias e instituições à existência e o que as trouxe ao termo? Marx observou que sempre e em toda a parte as ideias e as instituições se criaram fora do exercício real dos homens. A primeira coisa foi: a produção dos meios de vida - de alimentação, vestuário e abrigo. Em todo o grupo social histórico - a tribo primitiva, a sociedade escravista, a sociedade feudal, a moderna sociedade capitalista - as relações entre os membros do grupo dependiam da forma de produção. As instituições não eram ideadas antecipadamente, mas desenvolviam-se fora do que era habitual em cada grupo; as instituições, as leis, os preceitos morais e outras ideias simplesmente cristalizavam, por assim dizer, fora dos costumes, e os costumes estavam directamente associados com a forma de produção.

Segue-se portanto que quando a forma de produção se modificou - por exemplo do feudalismo para o capitalismo - as instituições e as ideias também se modificaram. O que era moral numa fase tornou-se imoral na outra, e vice-versa. E naturalmente na ocasião em que a modificação material se estava dando - a modificação na forma de produção - havia sempre um conflito de ideias, um desafio às instituições existentes.

Com o real crescimento da produção capitalista veio o conflito com as relações feudais - na nova forma de produção o capital devia ser a coisa suprema. Surgiram assim ideias conflituosas: nada de "direito divino", mas "nenhuma contribuição sem representação", do direito de negociar livremente, e as novas concepções religiosas expressando mais direito individual, menos fiscalização centralizada. Mas o que parecia ser a luta de homens livres para a morte de direitos e formas religiosas abstractas, foi de facto a luta entre o capitalismo ascendente e o feudalismo moribundo; o conflito de ideias era secundário.

É por esta razão que os Marxistas não estabelecem princípios abstractos para a organização da sociedade como os escritores de Utopias. O Marxismo considera que todos esses "princípios" tal como apareceram no pensamento humano meramente reflectem a real organização da sociedade numa ocasião e local particulares e não são nem podem manter-se bons sempre e em toda a parte. Além disso, as ideias que parecem ser universais - tal como a ideia da igualdade humana - de facto não significa a mesma coisa em diferentes estágios da sociedade. Nos Estados das cidades gregas, a ideia dos direitos iguais dos homens não se applicava aos escravos; a "liberdade, igualdade e fraternidade" da Grande Revolução Francesa significava a liberdade da classe capitalista ascendente para comerciar livremente, a igualdade desta classe com os senhores feudais e a fraternidade dos membros desta classe entre si - o auxílio mútuo contra as opressões e restrições feudais. Nenhuma destas ideias se applicava aos escravos nas colónias francesas nem mesmo às secções mais pobres da população na própria França.

Daí o podermos dizer que muitas ideias, especialmente as relacionadas com a organização da sociedade, são ideias de classe, as ideias da classe

dominante na sociedade, que as impõe ao resto da sociedade por meio da sua posse da maquinaria de propaganda, da sua fiscalização da educação e do seu poder de punir as ideias contrárias por intermédio dos tribunais, das demissões e outras medidas similares.

Isso não significa que a classe dominante diga a si própria: Eis uma ideia que evidentemente não é verdadeira, mas obrigaremos a outra gente a acreditar nela ou pelo menos a não a negar em público. Pelo contrário, não é a classe dominante, em regra, que inventa tais ideias. As ideias surgem da vida real - o poder efectivo do senhor feudal ou do rico industrial que foi feito "par do reino" é a base material para a ideia de que o "nobre" é superior à outra gente. Mas uma vez aventada e estabelecida a ideia, torna-se importante para a classe dominante fazer com que toda a gente a aceite - pois se o povo a não aceitar, isso significa que não actuará de acordo com ela - por exemplo, que ~~o povo~~ refutará o direito divino do rei (e que talvez vá mesmo até ao ponto de lhe cortar a cabeça). Assim, a classe dominante de qualquer período e de qualquer país - e não só do Japão - faz o que pode para evitar que se espalhem "pensamentos perigosos".

Mas, podem perguntar, se as ideias são secundárias, se o facto primário é sempre a modificação material na forma de produção, como podem surgir quaisquer "pensamentos perigosos"? Como, em resumo, pode o povo pensar segundo uma nova forma de produção antes de a haver na realidade?

A resposta é que não pode pensar nisso antes de terem aparecido as condições para a sua existência. Mas é levado a pensar nisso quando essas condições tenham aparecido, pelo próprio conflito entre as velhas condições e as novas forças de produção.

Por exemplo, com o real crescimento de produção pelo trabalho assalariado, e a necessidade de vender os produtos para realizar lucros, o capitalista primitivo foi levado a erguer-se vivamente contra as restrições feudais ao comércio. Daqui a ideia de ~~libertação~~ libertação de restrições, de ser ouvido para a fixação de contribuições, etc. Ainda não era a sociedade capitalista, mas as condições para uma sociedade capitalista tinham surgido, e por causa destas tornaram-se ideias capitalistas.

O mesmo se dá com as ideias socialistas. As ideias socialistas científicas, em oposição às utópicas, só puderam surgir quando as condições para a sociedade socialista se tinham desenvolvido - quando a produção em grande escala estava largamente espalhada, e quando se tinha tornado claro, através de repetidas crises de super-produção que o capitalismo estava constituindo uma barreira para o progresso social.

Mas embora as ideias só possam surgir de condições materiais, quando surgem exercem certamente influência nas acções dos homens e portanto no curso das coisas.

As ideias baseadas no velho sistema de produção são conservadoras - retêm as acções dos homens, e é por isso que a classe dominante em esta ou aquela época faz tudo quanto pode para ensinar tais ideias.

Mas as ideias baseadas nas novas condições de produção são progressivas - encorajam à acção para provocar a mudança para o novo sistema, e é por isso que a classe dominante as considera perigosas.

Assim, a ideia de que um sistema social é mau porque destrói alimentos para manter altos os preços, e isso numa ocasião em que grandes quantidades de cidadãos se encontram em estado de meia inanição, é claramente uma "ideia perigosa".

É que ela conduz à ideia de um sistema em que a produção seja para uso e não para lucro; e isso leva à organização de partidos socialistas e comunistas, que começam a trabalhar para provocar a mudança para o novo sistema.

A concepção Marxista de desenvolvimento social (conhecida como "materialismo histórico") não é, portanto, um "determinismo" materialista - a teoria de que as acções dos homens são absolutamente determinadas pelo mundo material que os rodeia.

Pelo contrário, as acções dos homens, e as mudanças materiais que estas acções provocam, são

produto em parte do mundo material que o rodeia e em parte do seu próprio conhecimento de como comandar o mundo material.

Mas o homem só obtém este conhecimento através da experiência do mundo material, que, por assim dizer, vem primeiro.

Ele obtém a experiência do mundo material não abstractamente, sentado numa ~~amarela~~ poltrona, mas no decurso da produção das coisas de que necessita para viver.

E à medida que o seu conhecimento aumenta, à medida que inventa novos métodos de produção e os põe em prática, as velhas formas de organização social transformam-se numa barreira, que impede o completo uso dos novos métodos.

O homem torna-se ciente disso pela prática real da vida; luta primeiro contra certos males e contra barreiras particulares criadas pela velha forma de organização social. Mas inevitavelmente acaba por se lançar numa luta geral contra todo o sistema anterior.

Até um certo ponto, todo o processo pelo qual as novas forças produtivas vão saindo do velho sistema é inconsciente e não planeado, e assim do mesmo modo o é a luta contra as velhas formas de organização social que preservam o velho sistema.

Mas chega sempre uma fase em que as velhas relações de classe passam a ser consideradas como a barreira que evita que as novas forças produtivas sejam completamente usadas; é nessa fase que a acção consciente da "classe com o futuro nas suas mãos" entra em cena.

Mas o processo de desenvolvimento das forças produtivas não tem por mais tempo de ser necessariamente inconsciente e não planeado.

O homem acumulou experiência bastante, e conhecimento suficiente das leis da transformação social,



### CAPÍTULO III

=====

### SOCIEDADE CAPITALISTA

=====

Uma grande parte da vida de Marx foi devotada ao estudo do capitalismo - o método de produção que tinha sucedido ao feudalismo na Grã-Bretanha e se estava estabelecendo em todo o mundo no decurso do último século.

O objectivo do seu estudo foi descobrir a "lei de movimento" da sociedade capitalista. O capitalismo não tinha existido desde sempre, tinha-se desenvolvido gradualmente; não era o mesmo, nos dias de Marx, que tinha sido no tempo da "revolução industrial" na Grã-Bretanha na última parte do século XVIII.

O problema não estava simplesmente em descrever o método capitalista de produção do seu próprio tempo, mas em fazer uma análise que demonstrasse porque e em que direcção se estava modificando.

Esta maneira de abordar a questão era nova. Outros escritores sobre assuntos económicos tomaram o capitalismo como ela era, e descreveram-no como se fosse um sistema fixo, eterno; para Marx, este método de produção, como todos os outros na história, ia-se modificando.

O resultado deste estudo foi portanto não só uma descrição, mas uma previsão científica, porque ele estava apto a ver o caminho em que o capitalismo se estava de facto desenvolvendo.



A produção capitalista proveio da produção individual dos tempos feudais. A forma feudal típica da produção era a produção para consumo local: os alimentos, o vestuário e outros artigos eram produzidos pelos servos para eles e para os seus senhores feudais.

Com o desenvolvimento de um excedente - isto é, mais artigos do que os precisos para o grupo particular - o excedente era vendido em troca de artigos trazidos de outros países ou de outras partes do país. Mas a principal parte da produção era ainda para ser consumida pelo grupo produtor e pelo senhor que tinha direitos feudais sobre ele.

Foi apenas quando as unidades feudais começaram a quebrar-se que esta forma de produção abriu gradualmente o caminho para a produção para lucro, que é a característica essencial do capitalismo.

A produção para lucro requeria duas coisas: alguém com recursos bastantes para comprar meios de produção (teares, máquinas de fiação, etc.); e, em segundo lugar, gente que não tinha meios de produção, nem recursos pela utilização dos quais pudesse viver. Por outras palavras, tinha de haver capitalistas, que possuísem meios de produção, e operários cuja única probabilidade de obterem um meio de vida consistia em trabalhar com as máquinas que os capitalistas possuíam.

Os operários produziam coisas, não directamente para eles ou para o uso pessoal do seu novo "senhor", o capitalista, mas ~~para~~ para que o capitalista as vendesse por dinheiro. As coisas feitas desta maneira eram chamadas "mercadorias" - isto é, artigos produzidos para venda no mercado. O operário recebia salários, o patrão recebia lucros, isto é, alguma ~~uma~~ coisa que ficava ainda depois de o consumidor ter pago os artigos e depois de o capitalista ter pago os salários, o custo das matérias primas e outros custos da produção.

Qual era a fonte deste lucro? Marx observou que não era possível que ele proviesse do facto de os capitalistas venderem os produtos acima do seu valor - isso significaria que todos os capitalistas estariam

continuamente a intrujar-se uns aos outros, e que quando um tivesse um "lucro" desta espécie o outro teria necessariamente um prejuízo, e os lucros e as perdas anular-se-iam mutuamente, não havendo portanto lucro em geral. Seguia-se, pois, que o valor de um artigo no mercado devia já conter o lucro: o lucro deve surgir no decorrer da produção e não na venda do produto.

O inquérito devia portanto conduzir a um exame do processo de produção, para ver se havia algum factor na produção que acrescentasse valor maior do que o seu custo (o seu valor próprio).

Mas primeiro é necessário determinar o que se deva entender por valor. Em linguagem vulgar, "valor" ~~podem~~ pode ter dois significados inteiramente diferentes. Pode significar valor para uso por alguém - o valor que uma bebida tem para um homem sequeiro; uma coisa particular pode ter um "valor sentimental" para alguém. Mas há também um outro significado em uso vulgar - o valor de uma coisa quando vendida no mercado, por qualquer vendedor a qualquer comprador, ou seja o seu "valor de troca".

Ora é verdade que, mesmo num sistema capitalista, podem ser produzidas coisas particulares para compradores particulares, combinando-se um preço especial; mas aquilo de que Marx tratava era a produção capitalista normal - o sistema sob o qual milhões de toneladas de produtos de todas as espécies estão sendo produzidas para o mercado em geral, para qualquer comprador que se possa encontrar. O que dá aos produtos o seu "valor de troca" normal no mercado? Porque, por exemplo, tem um metro de pano maior valor de troca do que um alfinete?

O valor de troca é medido em termos de moeda; um artigo "vale" certa quantidade de moeda. Mas o que torna possível fazer-se a comparação das coisas com cada uma das outras em valor, quer por meio de moeda quer por troca directa? Marx observou que as coisas só podem ser comparadas desta maneira se houver algo de comum a todas elas, de que umas tenham mais e outras menos, pelo que a comparação se tornará possível. Este factor comum obviamente não é o peso nem a cor nem qualquer outra propriedade física; nem tão pouco é o seu "valor de uso" para a vida humana (os alimentos indispensáveis têm de longe muito menor valor de troca do que os automóveis) ou qualquer outra abstracção. Há um único factor comum a

todos os produtos - o de serem produzidos por trabalho humano. Uma coisa tem maior valor de troca se interveio na sua produção mais trabalho humano; o valor de troca é determinado pelo "tempo de trabalho" dispendido em cada artigo.

Mas decerto que se não trata do tempo de trabalho individual. Quando as coisas são compradas e vendidas num mercado geral, o seu valor de troca como produtos individuais é calculado pela média, e o valor de troca de qualquer metro de fazenda de certo peso e de certa qualidade é determinado pela "média do tempo de trabalho socialmente necessário" para a sua produção.

Se é esta a base geral para o valor de troca de coisas produzidas sob o capitalismo, o que determina a importância de salários pagos ao produtor real, o operário? Marx pôs a questão precisamente nos mesmos termos: qual é o factor comum entre as coisas produzidas sob o capitalismo e a força de trabalho sob o capitalismo, que saibamos que tem também um valor de troca no mercado? Só se encontra tal factor naquilo que já vimos que determina o valor de troca dos produtos ordinários - o tempo de trabalho gasto em produzi-los; O que se entende por tempo de trabalho gasto em produzir força de trabalho? É o tempo (a média do tempo "socialmente necessário") gasto na produção dos alimentos, da habitação, do agasalho e de outras coisas que permitam ao operário ir vivendo e trabalhando de semana para semana. Na sociedade capitalista normal, as coisas necessárias para manter a família do operário têm de ser tomadas também em conta. O tempo de trabalho necessário para produzir todas estas coisas determina o valor de troca da força de trabalho do operário, força que ele vende ao capitalista contra os salários.

Mas enquanto, na moderna sociedade capitalista, o tempo dispendido para a manutenção da força de trabalho do operário pode ser apenas de quatro horas por dia, a sua força de trabalho dura oito, dez ou mais horas por dia. Para as primeiras quatro horas de cada dia, portanto, o seu trabalho efectivo é para produzir o que lhe é pago em salários; mas nas restantes horas do seu dia de trabalho ele está a produzir "valor excedente" (mais-valia), de que o seu patrão se apropria. É esta a fonte do lucro capitalista - o valor produzido pelo operário sobre e acima do valor da sua própria manutenção - isto é, dos salários que recebe.

Este breve extracto da análise de Marx do valor e da mais-valia precisa de ser tornado mais exacto por muitos modos, e não há espaço para cobrir todas as variações. Mas podem ser indicados alguns dos pontos gerais.

O termo "valor de troca" tem sido usado porque é a base de toda esta análise. Mas na vida real as coisas dificilmente se vendem sempre precisamente pelo seu valor de troca. Quer os produtos materiais quer a força de trabalho humano são comprados e vendidos no mercado a um preço, que pode estar acima ou abaixo do valor de troca correcto. Pode haver um excesso do produto particular no mercado e nesse dia o preço estar muito abaixo do valor de troca correcto; ou, se há escassês, o preço pode subir acima do valor. Estas flutuações no preço são, de facto, influenciadas pelo "abastecimento e a procura" (oferta e procura), e isto levou muitos economistas capitalistas a pensar que a oferta e a procura eram o único factor no preço. Mas é claro que a oferta e a procura só causam flutuações nas proximidades de um nível definido. Esse nível, quer se trate de um dinheiro ou de cem libras, não é evidentemente determinado pela oferta e a procura, mas pelo tempo de trabalho empregado na produção do artigo.

O preço real da força de trabalho - os salários efectivos pagos - é também influenciado pela oferta e a procura; mas é influenciado também por outros factores - a força da organização sindical em particular. Não obstante, o preço da força de trabalho na sociedade capitalista ordinária flutua sempre em redor de um nível definido - o equivalente da manutenção do operário, tomando em consideração que os vários graus e grupos de operários têm necessidades variáveis, que são elas mesmas em grande parte resultado de anteriores lutas sindicais que estabeleceram um padrão acima do padrão inferior mínimo para a existência.

A força de trabalho de diferentes graus de operários não é decerto idêntica em valor; o trabalho de uma hora de um engenheiro perito produz mais valor do que o trabalho de uma hora de um trabalhador não qualificado. Marx mostrou que tais diferenças eram de facto tomadas em conta para quando os artigos fossem vendidos no mercado, que, segundo ele, registava uma relação definida entre o que o operário mais qualificado fazia numa hora e o que o trabalhador fazia numa hora.

Como se dá esta diferença de valor? Marx responde: não por qualquer "princípio" de que a perícia seja éticamente melhor do que a falta de perícia ou por qualquer outra noção abstracta. O facto de a força de trabalho de um operário qualificado ter mais valor de troca do que a do simples trabalhador é devido exactamente ao mesmo factor que torna um navio a vapor mais valioso do que um barco a remos - foi preciso mais trabalho humano para o fazer. Todo o processo de treino do operário qualificado, além do mais alto padrão de vida que é essencial para a manutenção da sua perícia, envolve mais tempo de trabalho.

Um outro ponto a notar é que se a intensidade de trabalho é aumentada para além do que era a média anterior, isso é equivalente a um tempo de trabalho mais longo; oito horas de trabalho intensificado podem produzir valores equivalentes a dez ou doze horas do que era anteriormente o trabalho normal.

Qual é a importância da análise feita por Marx para mostrar a origem do lucro? É que explica a luta de classes do período capitalista. Em cada fábrica ou outra empresa qualquer os salários pagos aos operários não são o equivalente do valor completo que eles produzem, mas apenas de cerca de metade desse valor ou mesmo menos. O resto do valor produzido pelo operário durante o seu dia de trabalho (isto é, depois de ter produzido o equivalente dos seus salários) é tomado completamente pelo seu patrão. O patrão está portanto constantemente a tentar aumentar a importância tirada do operário. E pode fazer isso por várias maneiras: por exemplo, reduzindo os salários do operário; isso significa que o operário trabalha uma menor proporção do dia para ele, e uma maior proporção para o patrão. O mesmo resultado é conseguido pelo "apressamento" ou a intensificação do trabalho - o operário produz a sua manutenção numa menor proporção do dia de trabalho, e trabalha uma maior proporção para o seu patrão. O mesmo resultado ainda é conseguido pelo aumento do dia de trabalho, que aumenta a proporção do dia de trabalho dispendida em trabalhar para o patrão. Por outro lado, o operário luta para melhorar a sua própria posição pedindo salários mais altos e menos horas de trabalho e resistindo ao "apressamento".

Daqui a contínua luta entre os capitalistas e os operários, a qual não findará nunca enquanto durar o sistema capitalista de produção. Esta luta, partindo da base da

pugna do operário individual ou grupo de operários contra um patrão individual, alarga-se gradualmente. A organização sindical por um lado e a organização patronal pelo outro trazem grandes secções de cada classe para a acção uma contra a outra. Finalmente, são erigidas organizações políticas dos operários, que à medida que se desenvolvem podem trazer todos os grupos industriais e outras secções do povo para a acção contra a classe capitalista. Na sua mais alta forma, esta luta torna-se revolução - o derrubamento da classe capitalista e o estabelecimento de um novo sistema de produção em que os operários não trabalhem parte do dia para benefício de uma outra classe. Este ponto é tratado mais completamente em capítulos posteriores; a coisa essencial a notar é que a luta de classes sob o capitalismo é devida ao carácter da própria produção capitalista - os interesses antagónicos das duas classes, que continuamente se chocam no processo da produção.

Tendo analisado os salários e os lucros, passamos agora ao estudo do Capital. Primeiramente deve notar-se que o "valor excedente" (mais-valia) creado pelo operário no decurso da produção não é totalmente guardado pelo seu patrão. É por assim dizer um fundo de que diferentes grupos capitalistas tiram as suas migalhas - o proprietário de terras tira a renda, o banqueiro tira o juro, o homem médio tira o seu "lucro de comerciante", e o verdadeiro patrão industrial só ~~lhe~~ obtém o que lhe fica como seu lucro real. Isto de maneira nenhuma afecta a análise precedente; apenas significa que todas estas secções capitalistas ~~estão~~ estão por assim dizer a desenvolver uma certa luta subsidiária entre elas para a divisão dos espólios. Mas todas elas estão unidas na vontade de obterem o máximo possível da classe operária.

### O que é o Capital?

Ele tem muitas formas físicas: maquinaria, edifícios, matérias primas, combustível e outras coisas necessárias para a produção; e é também o dinheiro utilizado para pagar salários para a produção.

Porém, nem toda a maquinaria, edifícios, etc. nem mesmo todas as somas de dinheiro são Capital. Por exemplo, um camponês da costa ocidental da Irlanda pode ter qualquer espécie de edifício onde habite, com algumas jardas de terreno em volta; pode ter algum gado e um

barco seu; pode mesmo ter uma pequena soma de dinheiro. Mas se ele é o patrão de si mesmo e de ninguém mais, nada do que é sua propriedade constitue capital. É essa também a posição do camponês, hoje, na União Soviética.

A propriedade (qualquer que seja a forma física) só se torna capital no sentido económico quando é usada para produzir "mais-valia"; isto é, quando é usada para empregar operários que no decurso da produção das coisas também produzem mais-valia (valor excedente).

Qual é a origem de tal capital?

Olhando para trás, através da História, a primeira acumulação de capital foi muito grandemente roubo descarado. Vastas quantidades de capital na forma de ouro e outras coisas valiosas foram saqueadas por aventureiros da América, da Índia e da África. Mas não foi este o único meio pelo qual o capital veio a existir por meio da roubalheira. Na própria Grã-Bretanha toda a série de "Leis das Tapadas" (Enclosure Acts) roubou as terras comuns para benefício dos fazendeiros capitalistas. E fazendo isso, privaram o campesinato dos seus meios de vida, e transformaram-nos por essa maneira em ~~proletários~~ proletários, operários sem outra possibilidade de viver que não fosse a trabalhar a terra (que lhes tinha sido roubada) para que o novo dono se aproveitasse do seu trabalho. Marx demonstra que é esta a origem real do capital ("acumulação primitiva") e não a lenda de homens abstinentes que "poupavam" pela sóbria vida que levavam, lenda que ele ridiculariza na seguinte passagem (Manual do Marxismo "Handbook of Marxism", p.376):

"Esta acumulação primitiva desempenha na Economia Política quáse o mesmo papel que o pecado original na teologia. Adão comeu a maçã e por causa disso o pecado desabou sobre a raça humana;.. Em tempos que já lá vão havia duas qualidades de gente; uma era a elite, activa, inteligente e acima de tudo frugal; a outra, uma súcia de biltres preguiçosos, que gastavam o seu abastacimento e ainda mais, numa vida de devassidão... E assim aconteceu que a primeira acumulou riqueza e a outra por fim nada mais tinha para vender do que a própria pele. E é deste "pecado original" que data a pobreza da grande maioria, que, a despeito de todo o seu trabalho, nada tem ainda agora para vender senão a si própria, e a riqueza de uns poucos, que continúa a aumentar constantemente embora há já muito tempo eles tenham deixado de trabalhar."

Mas o capital não fica no nível da acumulação primitiva; tem aumentado numa proporção enorme. Mesmo que o capital original fosse o produto de roubalheira directa, qual é a fonte do capital adicional amontoado desde aquele período?

A roubalheira indirecta, responde Marx. Obrigando o operário a trabalhar mais horas do que é necessário para a sua manutenção, e apropriando-se do valor do que ele faz nessas horas extraordinárias de trabalho - "o valor excedente" (a mais-valia). O capitalista usa uma parte deste valor excedente para a sua própria manutenção; o saldo é usado como novo capital - isto é, ele adiciona-o ao seu capital anterior, e fica assim apto a empregar mais operários e a obter mais valor excedente no seguinte exercício de produção, que por sua vez significa mais capital - e assim sucessivamente ad infinitum.

Ou, antes, assim seria até ao infinito se não se desse o facto de outras leis económicas e sociais entrarem em jogo. Na longa carreira, o mais importante obstáculo é a luta de classes, que de tempos a tempos entrava todo o processo e eventualmente o termina completamente por acabar com a produção capitalista. Mas há muitos outros obstáculos à suave carreira da produção capitalista, que se levantam também da própria natureza do capitalismo.

Dão-se crises económicas que põem em cheque a expansão do capital, e levam mesmo à destruição de parte do capital acumulado nos anos anteriores.

"Nestas crises", diz Marx (Handbook of Marxism, pag.29), "irrompe uma epidemia, que, em qualquer época ~~anterior~~ antecedente, teria parecido um absurdo - a epidemia da super-produção."

Na sociedade feudal, uma abundante colheita de trigo teria significado mais alimento para toda a gente; na sociedade capitalista, pode significar miséria para operários despedidos dos seus empregos porque o trigo não pode ser vendido, e, portanto, menos trigo semeado no ano seguinte.



As características das crises capitalistas são agora já demasiadamente familiares: há super-produção, por causa disso a nova produção decresce e os operários ficam sem emprego; o seu desemprego significa um novo declínio da procura no mercado, pelo que muitas fábricas retardam a produção; não se estabelecem novas fábricas e algumas são até destruídas (estaleiros na costa nordeste ou fiações e teares de algodão no Lancashire); o trigo e outros produtos são destruídos, embora os desempregados e suas famílias sofram de fome e doença. É um mundo de doidos; mas por fim os stocks são consumidos ou destruídos, a produção começa a crescer, o comércio desenvolve-se, há mais emprego - e há uma recuperação constante durante um ano ou dois, levando a uma aparentemente ilimitada expansão da produção; até que subitamente mais uma vez surge a super-produção e a crise, e todo o processo recomeça.

Qual é a causa destas crises? Marx responde: é uma lei da produção capitalista que cada bloco de capital procure expandir-se - realizar mais lucros, e portanto produzir e vender mais produtos. Quanto mais capital, tanta mais produção. Mas ao mesmo tempo, quanto mais capital, menos força de trabalho empregada: a maquinaria toma o lugar dos homens (o que conhecemos agora como "racionalização" da indústria). Por outras palavras, quanto mais capital, mais produção e menos salários, portanto menos procura para os produtos fabricados. (Deve-se talvez esclarecer que não é preciso haver uma queda absoluta no total dos salários; usualmente a crise provém de uma queda relativa, isto é, os salários totais podem realmente aumentar sucessivamente, mas aumentarem todavia menos do que a produção total, pelo que a procura fica àquém da produção.)

Esta desproporção entre a expansão do capital e a estagnação relativa da procura dos operários é a última causa das crises. Mas, decerto, o momento em que a crise se torna aparente, e a maneira particular como se desenvolve, pode depender de factores inteiramente diferentes - extraia-se o mais óbvio exemplo da Grã-Bretanha em 1939: uma grande produção de armamentos (isto é, uma "procura" Governamental que está inteiramente fora do processo capitalista normal) pode adiar e parcialmente encobrir por um tempo a inevitável crise.



## CAPÍTULO IV

=====

## A FASE IMPERIALISTA DO CAPITALISMO

=====

Em linguagem vulgar, imperialismo é uma política de expansão, de conquista de países menos desenvolvidos para formar um Império. Desde que se considere a política como sendo mais do que o desejo abstracto de ver a bandeira do país a flutuar sobre tanto território quanto possível, reconhece-se que há alguma razão económica para a política de expansão. Diz-se algumas vezes, por exemplo, que a razão é a procura de mercados, ou de matérias primas e alimentos, ou de terra em que se possa colocar um excedente de população.

Mas nenhuma destas razões é convincente, se não tomadas conjuntamente com uma análise muito mais profunda. Países estrangeiros podem perfeitamente ser excelentes mercados; a maior parte do comércio da Grã-Bretanha é ainda realizado com países estrangeiros, não obstante a vastidão do Império. As matérias primas e os abastecimentos alimentares podem sempre obter-se de países estrangeiros ou das suas possessões; de facto, há quáse constantemente um excesso invendável, que procura desesperadamente um comprador. E quanto a terras para colonização, há grandes áreas nas colónias que não são convenientes para quaisquer colonos europeus; e onde a terra é mais conveniente, os colonos dificilmente podem levar melhor vida do que em qualquer país estrangeiro. Assim, os argumentos fascistas para a expansão, que são algumas vezes repetidos impensadamente por certos pacifistas e outros, não têm fundamento real.

A primeira análise Marxista do imperialismo moderno foi feita por Lenin. Ele observou que uma das suas principais características era a exportação de capital, coisa diferente da exportação de mercadorias ordinárias; e mostrou que isto era o resultado de certas modificações que se tinham dado dentro do próprio capitalismo. Ele descreveu portanto o imperialismo como uma fase especial do capitalismo - a fase em que monopólios em grande escala se tinham desenvolvido nos principais países capitalistas.

Nos primeiros dias do capitalismo industrial as fábricas, minas e outras empresas eram muito pequenas. Em regra eram possuídas por um grupo de família, ou um pequeno número de sócios, que estavam aptos a fornecer a relativamente pequena importância de capital necessária para pôr a funcionar a fábrica ou a mina. Cada novo progresso técnico, porém, exigia mais capital; enquanto, por outro lado, o mercado para os produtos industriais se estava constantemente a expandir - à custa da produção por trabalho manual, primeiro na Grã-Bretanha e depois ~~XXXXXXXXXX~~ em outros países. O tamanho das empresas industriais portanto cresceu rapidamente. Com a invenção dos caminhos de ferro e dos navios a vapor, a indústria do ferro e depois a do aço desenvolveram-se, envolvendo empresas de muito maior tamanho. Qualquer que fosse a indústria, a empresa maior era mais económica no exercício, e tendia para realizar mais lucros e se expandir mais rapidamente. Muitas das empresas mais pequenas não podiam concorrer, e fechavam as portas ou eram absorvidas pelos seus rivais mais poderosos.

Assim, um duplo processo estava constantemente em acção: a produção tendia a concentrar-se cada vez mais em empresas maiores e a proporção da produção controlada por um pequeno número de gente riquíssima estava constantemente a aumentar.

Marx estava bem certo do processo que se estava a dar mesmo nos seus dias, e chamava a atenção para a crescente concentração técnica, isto é, a concentração da produção em grandes unidades, em seguida à concentração do capital na propriedade ou controle de um grupo cada vez mais pequeno de indivíduos.

Ele viu que o resultado inevitável seria a substituição da livre concorrência pelo monopólio, e que este levaria todas as dificuldades inerentes ao capitalismo a uma forma mais intensa.

No começo deste século escritores económicos (especialmente J.A.Hobson na Grã-Bretanha) estavam a notar o grande grau de monopólio que tinha já sido atingido em muitas indústrias. Durante a guerra Lenin (em "Imperialismo: a fase mais alta do Capitalismo") reuniu os vários factos já conhecidos sobre o crescimento dos monopólios, e voltou a sua atenção para as características políticas e social bem como puramente económicas do monopólio. Sobre a base dos desenvolvimentos operados desde a morte de Marx, pôde desenvolver e aumentar as conclusões a que Marx chegara. Lenin mostrou que na fase imperialista do capitalismo, que ele considerava como tendo-se desenvolvido em cerca de 1900, havia cinco características económicas a notar:

1) A concentração da produção e do capital tinha-se desenvolvido a tal ponto que tinha criado monopólios que desempenhavam um papel importante na vida económica.

Isto tinha-se dado em todos os países capitalistas adiantados, mas particularmente na Alemanha e nos Estados Unidos. O processo tem, decerto, continuado numa proporção crescente; na Grã-Bretanha os monopólios têm-se estendido grandemente desde a guerra. Empresas tais como a London Transport Board, a Imperial Chemical Industries e a Unilever, cada uma com o capital de cerca de ou de mais de £.100.000.000, são exemplos salientes. (Os Marxistas não consideram o London Transport Board (Conselho dos Transportes de Londres) ou qualquer outro similar pseudo-organismo público como tendo qualquer sentido socialista, visto que pertencem a capitalistas particulares. São simplesmente monopólios, apoiados pelo Parlamento.) Em cada indústria uma enorme proporção do comércio total é feito por umas poucas de grandes firmas, que estão habitualmente ligadas umas às outras por acordos para a fixação de preços, quotas, etc., e exercendo assim com efeito um monopólio conjunto.

2) O capital da Banca misturou-se com o capital industrial, criando uma oligarquia "financeira-capitalista" que virtualmente governa cada país.

Este ponto requiere uma explicação. Ao princípio os capitalistas industriais distinguíam-se dos banqueiros, que tinham poucos ou nenhuns interesses directos nas empresas industriais, embora, decerto, emprestassem dinheiro àqueles e tomassem participação nos lucros delles sob a forma de juros. Mas com o crescimento da indústria e o amplo estabelecimento de "companhias por acções" (sociedades anónimas), os homens que possuíam os Bancos começaram a tomar também acções das companhias industriais, ao passo que os industriais mais ricos tomavam acções dos Bancos. Assim, os mais ricos capitalistas, quer partindo de banqueiros, quer partindo de industriais, tornaram-se banqueiros-industriais. Esta combinação de funções capitalistas num e mesmo grupo aumentou enormemente o seu poder. (Na Grã-Bretanha particularmente, os grandes proprietários de terras também se fundiram com este grupo). O Banco, trabalhando com uma empresa industrial a que estava ligado por este modo, podia auxiliar essa empresa, emprestando-lhe dinheiro, e fazendo empréstimos a outras companhias sob condição de que fossem confiadas encomendas à empresa em que o Banco estava interessado, etc. Assim, o grupo financeiro-capitalista estava apto a aumentar rapidamente a sua riqueza e ~~estabelecer~~ a sua fiscalização monopolizadora de uma secção de indústria após outra; e, desnecessário é dizer, a sua voz fazia-se ouvir pelo Estado.

O melhor exemplo da fusão dos Bancos com a indústria é o crescente número de directorias de outras empresas que os directores dos Bancos detêm. Certamente isto não significa que os Bancos possuam as outras empresas; o ponto é que as figuras poderosas no mundo bancário são também as figuras poderosas no mundo da indústria e do comércio - formam o mesmo grupo de homens riquíssimos cujo capital corre através de todo o capitalismo Britânico. Em 1870 os directores dos Bancos que mais tarde se tornaram os "Big Five" (os Cinco Grandes) e do Banco da Inglaterra detinham 157 outras directorias; em 1913 detinham 329; em 1939 detinham 1.150. A força completa destes algarismos é muito maior se se considerar que os números de 1939 incluem empresas tais como a London Transport e a Imperial Chemical Industries, que, por elas mesmas, tinham absorvido grande número de empresas mais pequenas.

3) A exportação de capital, distinta da ~~exportação~~ exportação de mercadorias, cresceu em importância.

No primeiro período do capitalismo, a Grã-Bretanha exportava textis e outras manufacturas para os outros países, e com o produto comprava produtos locais, trocando assim, na realidade, as suas manufacturas pelas matérias primas e os alimentos de que a indústria Britânica necessitava. Mas na segunda metade do último século, e particularmente no seu termo, o capital financeiro tornou-se cada vez mais interessado em exportar capital, com vista não a uma troca comercial mas a tirar o juro deste capital de ano para ano. Tais exportações de capital - empréstimos a estados ou companhias estrangeiras, ou financiamento de caminhos de ferro e obras em portos ou minas nas possessões britânicas - eram habitualmente feitas sob condição de que as encomendas dos materiais, etc. fossem passadas às empresas industriais britânicas a que os Bancos estavam ligados. Assim as duas asas do capital financeiro trabalhavam sincrònicamente, cada uma delas obtendo lucros muito substanciais e excluindo os rivais da transacção.

4) As quadrilhas capitalistas de monopólio internacional estavam formadas e dividiam o mundo entre elas.

Isto dava-se nas indústrias do aço, do petróleo e em muitas outras; foi convencionada entre os grupos de monopólio em diferentes países qual a parte que cada um devia ter no total do comércio estrangeiro; muitas vezes mercados particulares foram atribuídos a cada um deles e preços fixos foram convencionados. Os limites de tais acordos são explicados mais tarde.

5) A divisão territorial do mundo pelas maiores Potências estava virtualmente completada. (A percentagem da África pertencente às Potências Europeias era de 11% em 1876 e de 90% em 1900).

A importância disto estava em que a fácil anexação de países mais ou menos sem defesa não podia continuar por mais tempo. Os grupos financeiros-capitalistas nos Estados mais ricos não podiam já alargar os territórios que controlavam senão às custas uns dos outros - isto é, senão por meio de guerras de grande escala para re-dividir o mundo a favor do estado vitorioso.

Um dos pontos especiais focados por Lenin a este respeito é de particular interesse hoje em dia. A pressão de cada um dos países imperialistas para a expansão tinha geralmente sido tratada como alvejando os países coloniais apenas. Lenin observou que isto de maneira nenhuma era essencial; a pressão era geral, e em circunstâncias convenientes seria dirigida contra outros estados na Europa. A actual pressão do fascismo quer da Alemanha quer da Itália é um claro exemplo disso.

Sobre a base de toda esta análise, cuja correcção tem sido confirmada pela experiência dos últimos vinte e cinco anos, Lenin tirou a conclusão de que a fase imperialista do capitalismo inevitavelmente trazia com ela maiores crises económicas, guerras numa escala mundial e, por outro lado, revoluções operárias e a revolta dos povos oprimidos das colónias e das áreas semi-coloniais contra a sua exploração pelos imperialistas.

A concentração de capital nas mãos de pequenos grupos também significava que estes grupos cada vez obtinham mais poder sobre o Estado, pelo que a política dos vários países se tornava cada vez mais estreitamente associada com os interesses destes grupos estreitos. É este factor que torna possível ao grupo financeiro-capitalista em cada país combater os seus rivais estrangeiros por meio de tarifas, contingentes e outras medidas estatais, e em último recurso pela guerra.

Porque é inevitável este conflito entre os grupos rivais? Porque não podem eles concordar em partilhar o mundo entre eles?

Foi notado acima que os grupos de monopólio em diferentes países fazem acordos para dividir os mercados do mundo entre eles. Abstractamente, isto podia parecer levar à completa eliminação da concorrência, e a uma espécie de fusão internacional de interesses de carácter permanente. Mas Lenin apresentou factos para mostrar que tais acordos nunca eram duradouros. Um acordo em 1905 far-se-ia sobre a base da divisão dos mercados em relação à força produtiva, naquele tempo, dos diferentes grupos, digamos, Grã-Bretanha, França, Alemanha e América. O desenvolvimento desigual, porém, é uma lei do crescimento do capital. Passados poucos anos sobre a efectivação de tal acordo, a força produtiva do grupo alemão, ou



do Americano, ou de outro qualquer, teria aumentado, e este grupo já não estaria contente com o seu quinhão anterior. Denunciaria o acordo, e se os outros grupos se não submetessem imediatamente, começaria uma nova e mais amarga luta pelos mercados. De facto é este o destino de todos esses acordos; e como a lei do desenvolvimento desigual ~~XXXXXX~~ se aplica não só aos grupos industriais particulares mas também ao capital dos diferentes países como um todo, os acordos económicos são apenas, por assim dizer, armistícios numa contínua guerra comercial entre os grupos financeiros-capitalistas de diferentes países.

A guerra económica em si mesma não pode trazer qualquer solução. Portanto os grupos financeiros-capitalistas, por meio da maquinaria do Estado dos seus respectivos países, estabelecem barreiras aduaneiras contra os seus rivais, fixam contingentes para as importações, tentam concluir acordos preferenciais de comércio com outros países, esforçam-se por alargar o território dentro do qual exercem o seu monopólio e armam-se para a guerra em que a vitória lhes trará pelo menos uma superioridade temporária sobre os seus rivais.

A guerra em grande escala, a guerra entre as grandes Potências, tem sido o resultado da concentração da riqueza nas mãos dos grupos financeiros-capitalistas em cada país. O que é aparentemente um processo puramente económico - a concentração da produção e do capital - leva direito à terrível calamidade social da guerra. Mas não é esta a única calamidade social que as leis do desenvolvimento capitalista produzem. O enorme crescimento das forças produtivas, combinado com a concorrência entre os grupos de monopólio rivais que apressa o passo da "racionalização", leva a uma crise geral do capitalismo. Excepto talvez na guerra, as forças produtivas jámais estão plenamente em uso. Mesmo na altura dos períodos de prosperidade, massas de maquinaria e vastas áreas de terra ficam por utilizar, e milhões de operários ficam desempregados. A acumulação de capital nas mãos de um grupo relativamente pequeno conduziu a um estado de coisas em que a produção é permanentemente empecilhada; o capital possuído parricularmente, que numa fase ajudou a espécie humana a desenvolver as suas forças produtivas, agora actua como uma barreira contra novo desenvolvimento.

E seguem-se outras conseqüências sociais. Na luta de concorrência entre os grupos imperialistas rivais, os operários verificam que as suas condições vão de mal a peor. A racionalização técnica é acompanhada por intenso apressamento. A necessidade de armamento e outros preparativos para a guerra leva à redução ou pelo menos à suspensão do desenvolvimento dos serviços sociais. O desemprego e o emprego incompleto alastram. A inevitável crise económica que se segue a cada período de relativo progresso (relativo porque a produção é mais alta apenas do que no período da baixa) torna-se em pretexto para reduzir salários. Daí a luta de classes se desenvolver mais agudamente: a revolução da classe operária torna-se uma realidade.

Mas há uma outra característica da fase imperialista do capitalismo, que Lenin revelou na sua análise. Os grupos monopolistas nos países imperialistas podem extraír lucros acima da média da exploração dos povos atrasados. Isso é devido, em parte, ao baixo padrão de vida desses povos, cujos métodos de produção são primitivos; em parte, às terríveis condições a que são submetidos por administradores e capitalistas completamente endurecidos; e em parte ao facto de a indústria equipada com máquinas dar produtos que podem ser trocados pelos artefactos manuais a uma taxa muitíssimo alta. Isto não se refere ao dinheiro mas às mercadorias reais. Recordemos que o valor de troca de qualquer produto é determinado pela média do trabalho socialmente necessário envolvido na sua produção. O tempo de trabalho socialmente necessário, por exemplo na Grã-Bretanha, para produzir um metro de pano com maquinaria pode ser apenas um décimo de um vigésimo do tempo necessário para produzir um metro de pano num tear manual. Mas quando o pano feito à máquina entra na Índia, é trocado contra o valor de um metro de pano indiano; por outras palavras, é trocado na Índia a um valor muito acima do que tem na Grã-Bretanha. Quando as matérias primas ou outros produtos indianos iguais a este valor mais alto são trazidos para a Grã-Bretanha e vendidos, há um lucro muito mais elevado do que se o metro de pano tivesse sido vendido na Grã-Bretanha. Mesmo onde o tipo de maquinaria é o mesmo, os diferentes níveis de perícia produzem o seu efeito e resultam em lucro extraordinário. Este lucro extraordinário, decerto, aplica-se a todas as transacções desta espécie, e não apenas ao pano, com o resultado de que enormes fortunas são feitas pelos grupos financeiros-capitalistas. Fortunas imensas como as de Ellerman, de

£.40.000.000, e de Yule, de £.20.000.000, provêm grandemente deste lucro extraordinário.

Este lucro extraordinário que surge da exploração dos povos coloniais tem uma importância especial com relação ao movimento operário. Marx tinha já observado que a classe capitalista Britânica, por ter sido a primeira em campo na venda de produtos feitos à máquina através do mundo, tinha podido corresponder à pressão da classe operária Britânica para obter melhor condições, pelo que dizia respeito às secções superiores de operários qualificados. Assim, algumas secções de peritos engenheiros e operários de algodão da Grã-Bretanha tinham assegurado padrões de vida muito mais altos do que os operários dos outros países; e a par disto eles tendiam a identificar os seus interesses com a exploração capitalista das colónias. Lenin mostrou que isso acontecia em cada um dos países industriais adiantados ao chegar à fase imperialista, e que as secções de trabalhadores em posição relativamente privilegiada, e principalmente os chefes dessas secções, tendiam a tornar-se oportunistas, isto é, a chegar a soluções de compromisso com os capitalistas a favor das suas próprias secções, sem tomar em consideração as condições da grande massa dos trabalhadores do país. Esta tendência tornou-se mais forte à medida que a fase imperialista se desenvolveu, com o resultado de que as secções dirigentes do movimento trabalhista e socialista ficaram estreitamente identificadas com a política imperialista do grupo financeiro-capitalista do seu próprio país. Durante a guerra isto foi posto a claro pela associação do movimento trabalhista oficial com a guerra imperialista, em toda a parte (excepto na Rússia, onde os Bolchevistas permaneceram Marxistas).

Este aspecto "oportunista", a identificação dos seus próprios interesses com os da classe dominante e conseqüentemente a sua rejeição da luta de classes, é a principal base para o abandono pelo movimento socialista do ponto de vista do Marxismo, e para a hostilidade mostrada pelo movimento oficial ao Partido Comunista, que adere ao modo de ver do Marxismo.

Na fase imperialista a luta colonial pela libertação também se torna mais determinada e mais vasta. A conquista e a penetração capitalista de um país colonial quebram as velhas formas de produção, e des-



## CAPÍTULO V

=====

## AS LUTAS DE CLASSE NOS TEMPOS MODERNOS

=====

No capítulo II foi descrita a teoria geral de Marx da luta de classes. As lutas de classes surgem de uma forma de produção que divide a sociedade em em classes, uma das quais executa o real processo da produção (o escravo, o servo, o operário assalariado), ao passo que a outra (dono de escravos, nobre senhor, patrão capitalista) goza de uma parte do produto sem ter de trabalhar para o produzir. Mas em adição às duas principais classes em cada época há também outras classes - principalmente sobrevivências das primitivas formas de produção, como os regentes dos estados indianos e os camponeses-produtores de hoje ; ou, como os primitivos artífices no período feudal, os precursores da classe dominante de um período posterior.

A luta entre as classes auxilia o homem a avançar para uma fase superior de produção. Quando se dá uma revolução bem sucedida, a forma superior de produção é implantada ou alastra. O caminho para o futuro desenvolvimento do capitalismo na Grã-Bretanha foi aberto pela revolução de Cromwell e pela "Gloriosa Revolução " de 1689; o mesmo serviço foi prestado à França pela Grande Revolução de 1789 e pelas subsequentes revoluções.

Marx, no entanto, não se contentou com a indica-

ção dos factos em termos gerais: examinou estreitamente as lutas do seu tempo, a fim de descobrir as leis da luta entre as classes.

Não se trata dos pormenores técnicos da luta. Marx viu que o que era importante para um entendimento do desenvolvimento social era a análise das forças de classe que tomam parte no movimento revolucionário que desenvolve uma nova forma de produção. E foi-lhe possível mostrar, examinando particularmente os acontecimentos revolucionários de 1848 em muitos países da Europa, que certas características gerais se aplicavam a todos.

Quais são estas características gerais ou leis evidentes nas revoluções?

Em primeiro lugar, a luta revolucionária é sempre conduzida pela classe que está a chegar ao poder no novo sistema de produção, mas não por ela apenas. Por exemplo, ao lado da ascendente classe capitalista na Grande Revolução Francesa de 1789, estavam o campesinato - a classe produtora do feudalismo -, os pequenos comerciantes, os artífices independentes e os rudimentos da classe operária do futuro. Todas estas secções da população tomaram parte na luta revolucionária contra a classe dominante da velha ordem, porque, a despeito dos interesses divergentes, todos eles compreendiam que a velha ordem significava repressão permanente e dificuldades continuadas e crescentes para elas.

Deu-se o mesmo em outras revoluções europeias que eclodiram mais tarde, derrubando o poder absoluto do monarca feudal em muitos países e limpando a estrada para a produção capitalista. Todas as outras secções do povo estavam mais ou menos unidas contra a anterior classe dominante. E nas primeiras fases foi sempre a nova classe dominante - a ascendente classe capitalista - que conduziu a revolução. No decurso da luta, particularmente onde a classe operária tinha já atingido uma certa fase de desenvolvimento, novas alianças se formaram. As secções trabalhadoras do povo, que entravam na luta pelos seus próprios interesses, apresentavam recla-

mações que os novos governantes capitalistas não estavam preparados para conceder. Em tais casos, as secções trabalhadoras do povo tentariam forçar as suas reclamações, e os capitalistas voltar-se-iam para as secções mais reaccionárias para os auxiliar contra os trabalhadores. Algo muito parecido com isto se deu mesmo nos dias de Cromwell e aconteceu repetidamente em França até 1848.

Em Junho de 1848 os operários de Paris tentaram defender os seus direitos recém-conquistados, mas foram derrotados pelo novo governo capitalista estabelecido pela revolução de Fevereiro; Marx, no entanto, notou que a classe operária de Paris estava já tão desenvolvida que na revolução seguinte chefiaria e não ~~se~~ se limitaria apenas a seguir a chefia de os capitalistas. Isto aconteceu realmente em 1871, quando os operários de Paris tomaram a chefia ao estabelecerem a Comuna, que conservou Paris durante dez semanas. Mas o facto de pela primeira vez a classe operária ter conduzido a acção revolucionária não significava que a classe operária lutasse sòzinha. Eles levantaram-se contra o governo de grandes proprietários e capitalistas que tinham mergulhado a França na guerra e estavam tentando enriquecer-se à custa da derrota e da miséria do povo de Paris. E ao lado dos operários na luta contra os grandes proprietários e capitalistas encontravam-se: pequenos lojistas que estavam ameaçados de ruína pela recusa do Governo de uma moratória para as dívidas e rendas; patriotas de todas as classes que estavam desgostosos com a vitória alemã na guerra e com as condições aceites pelo Governo; e até republicanos capitalistas que receavam que o Governo restaurasse a monarquia. Uma das principais fraquezas na posição dos operários de Paris foi a de não terem tentado seriamente trazer os camponeses também para o seu lado.

Mas o ponto importante permanecia: toda a revolução real com o objectivo ~~de~~ de derrubar uma classe governante existente não é uma revolução apenas da classe que vai suceder no poder, mas uma revolução de todos os que estão oprimidos ou restringidos pela classe governante existente. Numa certa fase de desenvolvimento a revolução é conduzida pelos capitalistas contra a monarquia feudal e os proprietários; mas quando a classe operária se tenha desenvolvido está apta a conduzir todas as secções que tomam parte

na revolução. Por outras palavras, a história mostra que em todas as revoluções vastas secções do povo formam uma aliança contra o principal inimigo; o que é novo é que na revolução contra os grandes proprietários e capitalistas a classe operária toma a chefia em tal aliança.

A revolução que põe uma nova classe no poder para introduzir um novo sistema de produção é apenas o ponto culminante da contínua luta entre as classes, devida aos seus interesses conflituosos na produção. Nas primeiras fases do capitalismo industrial os conflitos são disseminados e quase inteiramente respeitantes a salários e a condições de trabalho em determinada fábrica. "Mas com o desenvolvimento da indústria o proletariado não só aumenta em número; fica concentrado em grandes massas, a sua força cresce e sente que se fortalece mais" (Marx, Manifesto Comunista, 1848, Manual de Marxismo, pág.32). Os operários formam sindicatos, que se desenvolvem em grandes organizações capazes de tratar do conflito numa escala nacional. Formam sociedades cooperativas para proteger os seus interesses como consumidores. E numa fase relativamente avançada formam o seu próprio partido político, que está apto a representar os seus interesses e a conduzir a sua luta como classe.

Como é conduzida esta luta?

Marx viu o desígnio do partido da classe operária como a preparação para a revolução e a organização desta - o derrubamento da classe dominante dos capitalistas - e a organização de um novo sistema de produção - o socialismo.

O processo de preparação ~~xxxxxxxx~~ envolvia o auxílio sob todas as formas ao desenvolvimento da organização da classe operária, especialmente os sindicatos, que aumentavam a força da classe operária e a faziam sentir "que se fortalecia mais." Envolveia também o auxílio a todas as secções dos operários que entravam ~~xxxxxxxx~~ em qualquer luta pelos seus interesses imediatos - por salários mais altos, melhores condições de trabalho, etc.



Através destas lutas os operários muitas vezes conquistam melhores condições; mas estas não são seguras - "o real fruto das suas batalhas reside, não no resultado imediato, mas na união continuamente crescente dos operários." No decorrer destas lutas os operários tornam-nos conscientes do facto de constituírem uma classe, com interesses comuns contrários aos da classe capitalista. O partido político da classe operária auxilia a expansão daquele desenvolvimento, e explica porque, por tanto tempo quanto continuar a produção capitalista, a luta entre as classes deve também prosseguir, ao passo que as crises económicas e as guerras infligem terríveis sofrimentos aos operários; mas que o conflito e os sofrimentos podem ~~mutar~~ terminar pela modificação do sistema de produção, que, todavia, envolve a forçoso derrubamento da classe capitalista.

Porque considerou Marx necessário "o forçoso derrubamento"?

No Capítulo II a sua análise da história foi explicada, com a conclusão de que só podem começar a vigorar novos sistemas de produção quando uma nova classe, pela força, toma o poder à anterior classe dominante. A conclusão a extrair da história é portanto que a classe operária não está apta a modificar a produção sobre uma base socialista sem o forçoso derrubamento da classe dominante. Esta conclusão histórica geral é reforçada pelo estudo de Marx do Estado.

O Estado é algumas vezes considerado como sendo o Parlamento. Mas Marx mostrou que o desenvolvimento histórico do Estado tem pouco que ver com instituições representativas; pelo contrário, o Estado é alguma coisa através da qual a vontade de classe dominante é imposta ao resto do povo. Na sociedade primitiva não havia Estado; mas quando a sociedade humana ficou dividida em classes, o conflito de interesses entre as classes tornou impossível à classe privilegiada o manter os seus privilégios sem uma força armada controlada directamente por ela, a proteger os seus interesses. "Esta força pública existe em qualquer Estado; consiste não meramente em homens armados, mas também em acessórios materiais, prisões e instituições repressivas de todas as espécies" (Engels, Manual de Marxismo, pg.726).

Esta força pública tem sempre a função de manter a ordem existente, que significa a existente divisão de classes e o privilégio de classe; é sempre representada como alguma coisa acima da sociedade, alguma coisa "imparcial", cujo único fim é manter a lei e a ordem", mas manter a lei e a ordem é manter o sistema existente. Entra em acção contra qualquer tentativa para mudar o sistema; no seu trabalho normal, de todos os dias, a máquina do Estado detém e encarcera a gente "sediciosa", apreende a literatura sediciosa, etc., por meios aparentemente pacíficos; mas quando o movimento é de carácter mais vasto, a força é usada abertamente pela polícia e, se necessário, pelas forças armadas. É este aparelho de força, que actúa no interesse da classe dominante, que constitue o Estado.

É a máquina do Estado fiscalizada pelo Parlamento ou outra instituição representativa do país? Tanto quanto a instituição representativa do país represente apenas a classe dominante, pode fiscalizar a máquina do Estado. Mas quando o Parlamento ou outra instituição não representa adequadamente a classe dominante, e tenta levar por diante qualquer medida perturbadora para a classe dominante, em breve se torna óbvio o facto de que não fiscaliza absolutamente nada a máquina do Estado. A História está cheia de exemplos de instituições representativas que tentaram servir interesses duma classe diferente da classe dominante; elas foram encerradas ou dissolvidas pela força armada sempre que isso foi necessário. Onde - como, por exemplo, na Grã-Bretanha no tempo de Cromwell - a classe ascendente triunfou sobre a velha ordem, não o conseguiu por meros votos no Parlamento, mas pela organização de uma nova força armada contra o Estado, contra a força armada da velha classe dominante.

Era óbvio para Marx que a extensão do voto não alteraria de maneira nenhuma esta situação. O poder real fica com a classe que é dominante no sistema de produção; mantém a sua fiscalização da máquina do Estado, aconteça o que acontecer na instituição representativa. Uma mudança do poder real, portanto, envolve o uso da força contra a velha máquina do Estado, cujo inteiro aparelho de força é voltado contra a nova classe que está tentando modificar o sistema.

Esta conclusão atingida por Marx tem sido confir-

mada pelos mais recentes acontecimentos históricos. Toda a base do fascismo é a destruição pela força armada de todas as formas de instituição representativa. O facto de que a organização fascista é uma nova forma, e não meramente a velha forma da força do Estado, em nada altera o principal da análise. A rebelião de Franco contra um governo parlamentar constitucionalmente eleito mostra quão pouco é o controle que uma instituição representativa tem sobre a máquina do Estado.

Mas como mantém a classe dominante a sua fiscalização separada da máquina do Estado, e especialmente das forças armadas, que, à superfície e "constitucionalmente", são fiscalizadas pelo Parlamento? A resposta deve ser encontrada no carácter da própria máquina do Estado. Em cada país, os altos postos nas forças armadas, no sistema judicial, e nos serviços administrativos em geral, são ocupados por membros ou servos fiéis da classe dominante. Isto é assegurado pelo sistema de nomeação e promoção. Por muito longe que a democracia possa ir na instituição representativa, não pode todavia penetrar até ao âmago do eixo da máquina do Estado. Enquanto se não dão quaisquer acontecimentos sérios, o facto de a máquina do Estado estar separada do Parlamento democrático não se torna patente; mas até na Grã-Bretanha temos o exemplo dos motins de Curragh em 1914, quando os oficiais se recusaram a executar uma ordem à guarnição da Irlanda do Norte em relação à ameaçada rebelião reaccionária contra a "Irish Home Rule Act" (Lei Constitucional da Pátria Irlandesa).

Mas se a máquina do Estado trabalha apenas para preservar o status quo e não contra ele, é claro que nenhum progresso para uma mais alta forma de produção é possível sem a derrota da máquina do Estado, quaisquer que sejam as instituições representativas existentes.

Não obstante, Marx apoiou sempre as instituições democráticas. Ele viu-as historicamente como um dos campos da luta de classes. Tal como o Parlamento nos dias de Carlos I serviu como uma sonda para a ascendente classe capitalista, através da qual conseguiu ganhar concessões ao passo que ao mesmo tempo despertava apoios para a luta contra a monarquia feudal, assim também os Parlamntos de hoje podem servir como instrumentos

para a conquista de concessões e ao mesmo tempo para estimular os operários para a luta decisiva pelo Poder. Portanto, a luta pela democracia parlamentar não é despropositada, ainda que seja apenas uma parte do todo da luta e não possa trazer por si só a nova ordem da sociedade. (É significativo que o fascismo por toda a parte destrói as instituições parlamentares, precisamente por causa das oportunidades que oferecem à oposição do povo.)

Eis porque Marx sempre acentuou a importância da luta pela democracia parlamentar contra as várias formas de governos autocráticos existentes na Europa durante o último século, e pela extensão dos direitos democráticos nos países onde a autocracia já tinha sido derrubada. Ao mesmo tempo, ele considerava que enquanto a autocracia ou a classe capitalista ~~XXXXXXXXXXXX~~ ~~XXXXXXXXXXXX~~ continuassem com a fiscalização do Estado (no significado explicado acima) a democracia nunca seria segura nem efectiva. É só quando a classe operária consegue derrotar e esmagar a máquina do Estado capitalista que ela se consegue erguer à posição de classe dominante, e por isso "ganhar a batalha da democracia". Por outras palavras, a vontade do povo só pode prevalecer efectivamente quando a barreira armada no seu caminho - a máquina do Estado capitalista - foi destruída.

Mas não é bastante derrotar e destruir a máquina do Estado da anterior classe dominante. É necessário que a classe operária estabeleça a sua própria máquina do Estado - o seu próprio aparelho centralizado de força - para completar a derrota da classe capitalista e defender o novo sistema contra ataques de dentro e de fora.

Além disso, é necessário que a classe operária estabeleça a sua própria forma de governo, que difere sob importantes aspectos da forma conhecida na sociedade capitalista, visto o seu fim ser diferente. Isto tornou-se claro a Marx depois da experiência da Comuna de Paris em 1871, cujas características especiais foram que: "não se podia considerar como um organismo parlamentar mas como um organismo de trabalho, executivo e legislativo ao mesmo tempo"; os seus membros podiam ser

substituídos pelos seus eleitores em qualquer ocasião; los membros da Comuna para baixo, o serviço público tinha de ser feito mediante salários de operários"; os magistrados e os juizes eram eleitos, e os seus eleitores podiam substituí-los em qualquer altura. O velho exército permanente foi substituído por uma "Guarda Nacional", cujo grosso era constituído por operários." A essência desta e doutras características da Comuna era trazer o aparelho governamental e a maquinaria de força e repressão para mais perto da classe operária - assegurar a sua fiscalização pela classe operária, em contraste com a fiscalização capitalista que tinha de facto existido sobre a velha máquina. Esta nova forma de Estado era "ganhar a batalha da democracia" - era uma enorme extensão da parte tomada pelo povo comum na fiscalização real das suas próprias vidas.

E Engels, escrevendo sobre a Comuna de Paris, disse: "Foi a Ditadura do Proletariado." Haverá qualquer contradição entre essas duas declarações acerca da Comuna: que era uma grande extensão da fiscalização democrática em comparação com a democracia parlamentar sob o capitalismo; e, por outro lado, que era uma Ditadura do Proletariado? Não, as duas declarações exprimem apenas dois aspectos da mesma coisa. Para executar a vontade da esmagadora maioria do povo "um novo e realmente democrático Estado" foi estabelecido; mas este só podia executar a vontade do povo exercendo uma ditadura, isto é, usando a força contra a minoria que tinha constituído a classe que fizera a ditadura e continuava a usar todos os meios - desde a sabotagem financeira à resistência armada - contra a vontade do povo.

As experiências posteriores da revolução da classe operária confirmaram as deduções que Marx e Engels tinham extraído da experiência da Comuna em 1871. Na revolução de 1905 na Rússia, foram estabelecidos conselhos compostos de delegados de organismos da classe operária para organizar e realizar a luta contra o Tzar; e novamente na revolução de Março de 1917 "soviets" (a palavra russa que significa "conselho") semelhantes foram formados logo que a situação revolucionária se desenvolveu. Lenin viu que, com o grande desenvolvimento da classe operária desde a Comuna de Paris, estes organismos de delegados, saídos primeiro das fábricas, mas depois também, quando a luta se propagou, dos soldados e dos camponeses, eram a forma em que o novo

Estado da classe operária ~~XXXXXXXXXX~~ funcionária. Os delegados eram extraídos directamente dos operários e podiam ser destituídos em qualquer ocasião pelos seus eleitores; isto significava que as influências capitalistas não podiam desempenhar qualquer papel nas decisões, e que portanto os reais interesses da classe operária seriam protegidos e progrediriam. Ao mesmo tempo, isto só podia ser feito por meio de uma ditadura, repousando na força, contra a velha classe dominante, que usava todos os meios para minar e destruir o novo Governo Soviético.

A real democracia da ditadura da classe operária foi salientada por Marx numa passagem do "Manifesto Comunista" de 1848: "Todos os anteriores movimentos históricos foram movimentos de minorias ou no interesse de minorias. O movimento proletário é o movimento independente, auto-consciente da imensa maioria, no interesse da imensa maioria."

Ressalta do que acima se disse que Marx não considerava que a vitória da revolução da classe operária acabasse imediatamente com toda a luta de classes. Pelo contrário, ela marca apenas o ponto giratório em que a classe operária pela primeira vez tem o aparelho do Estado pelo seu lado em vez de o ter contra ela. Lenin relatou ao Congresso dos Soviets em Janeiro de 1918 um incidente que exemplifica este ponto: Ia ele num comboio, e no compartimento desenrolava-se uma conversa que ele não podia ouvir. Então um dos homens voltou-se para ele e disse-lhe: "Sabe a curiosa coisa que esta malhota contou? Ela disse: "Agora já não há que temer o homem da espingarda. Eu estava um dia no bosque e encontrei um guarda, que em vez de me tirar a lenha que tinha juntado, me ajudou até a juntar ainda mais alguma." O aparelho de força já não estava voltado contra os operários mas auxiliava os operários; voltar-se-ia apenas contra quem tentasse reter os operários.

E tal gente, decerto, continua a existir depois de a classe operária ter tomado o Poder. A velha classe dominante, auxiliada pela classe dominante de outros países, reúne tantas forças armadas quantas pode levantar, e trava guerra aberta contra o Estado da classe operária. A Comuna de Paris de 1871 foi derrotada desta maneira. Os alemães libertaram milhares de prisioneiros

franceses tomados na guerra e enviaram-nos como reforço aos reaccionários franceses em Versailles, às portas de Paris; e o exército reaccionário pôde tomar Paris à Comuna e executar uma terrível carnificina dos que tinham apoiado a Comuna. Entre 1918 e 1920, o Governo Soviético na Rússia teve de enfrentar não só os exércitos dos partidários do Tzar mas também os exércitos invasores de potências estrangeiras - incluindo a Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos. A história portanto confirma a conclusão tirada por Marx de que a classe operária teria de manter a sua organização de Estado por um longo período depois de ter tomado o poder, a fim de se defender e assegurar a sua fiscalização durante o período em que estivesse tratando de reorganizar o sistema de produção numa base socialista.

O que Marx entendia exactamente por socialismo e pela sua fase mais elevada, o Comunismo, é explicado no capítulo seguinte. Mas antes de deixar o assunto da luta de classes e do Estado, deve apresentar-se o ponto de vista de Marx sobre o resultado final do processo. A luta de classes, e com ela o estabelecimento de um aparelho de Estado para proteger os interesses da classe dominante, provieram da divisão da sociedade humana em classes cujos interesses se entre-chocavam na produção. A luta de classes e o Estado continuam através da História enquanto a sociedade humana continuar dividida em classes. Mas quando a classe operária toma o poder, fá-lo para terminar com ~~as divisões de classes~~ as divisões de classes - para estabelecer uma nova forma de produção em que já não haja qualquer classe a viver do trabalho de outra classe; por outras palavras, para estabelecer uma sociedade sem classes, em que todos sirvam a sociedade como um todo. Quando este processo tenha sido completado (numa escala mundial), não haverá conflitos de classes porque não haverá classes com interesses separados, e portanto não haverá necessidade de um Estado - um aparelho de força - para proteger um jogo de interesses contra outro. O Estado ir-se-á fanando - deixará de ser preciso numa esfera após outra, e uma maquinaria central tal como existe será para a organização da produção e da distribuição. Como Engels afirmou: "O Governo sobre as pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direcção dos processos de produção."

:--:--:--:--:

-:--:--:-

## CAPÍTULO VI

=====

## SOCIEDADE SOCIALISTA

=====

Em parte alguma dos escritos de Marx se pode encontrar um relato detalhado do novo sistema social que se seguiu ao capitalismo. Marx não escreveu "Utopias" do género das que escritores anteriores tinham produzido - escritos baseados apenas na ideia geral de uma sociedade da qual os mais óbvios males da sociedade em que viviam tinham sido removidos. Mas das leis gerais do desenvolvimento social Marx podia delinear as características da nova sociedade e o caminho em que se desenvolveria.

Talvez o ponto mais chocante estabelecido por Marx - embora num sentido muito óbvio - foi o de que a organização da nova sociedade não começaria, por assim dizer, num campo claro. Portanto era fútil pensar numa "sociedade a desenvolver-se sobre os seus próprios fundamentos". Não era uma questão de pensar no maior número possível de boas características e misturá-las para obter a concepção de uma sociedade socialista, que criaríamos então do nada. Uma tal maneira de abordar a questão era totalmente anti-científica, e não seria possível que o resultasse se conformasse com a realidade.

Pelo contrário, uma real sociedade socialista, como todas as anteriores formas de sociedade, viriam apenas à existência sobre a base do que já existia antes dela; quer dizer, seria uma sociedade "emergindo



precisamente da sociedade capitalista, e que portanto a todos os respeito - económico, moral e intelectual - ainda traz os traços natos da velha sociedade de cujas entranhas brotou."

De facto, é o desenvolvimento real dentro da sociedade capitalista que prepara o caminho para o socialismo e indica o carácter da modificação. A produção torna-se crescentemente social, no sentido de que cada vez mais gente está associada na manufactura de cada coisa simples; as fábricas são cada vez maiores, e o processo de produção liga um enorme número de pessoas no decurso da transformação das matérias primas em artigos acabados. Há cada vez maior inter-dependência entre as pessoas; os velhos laços e relações locais do feudalismo foram quebrados pelo capitalismo há muito, mas no seu desenvolvimento o capitalismo construiu novas relações de um carácter muito mais vasto - tão vasto que cada indivíduo se torna mais ou menos dependente do que acontece à sociedade como um todo.

Mas embora seja esta a constante tendência da produção capitalista, o facto é que o produto, feito pelo trabalho cooperativo da sociedade, é propriedade de um indivíduo ou de um grupo e não propriedade da sociedade. O primeiro passo na construção de uma sociedade socialista deve ser portanto dar à sociedade o produto que ela fez; e isso significa que a sociedade como um todo deve possuir os meios de produção - as fábricas, as minas, a maquinaria, os navios, etc., que sob o capitalismo são possuídos particularmente.

Mas esta própria socialização dos meios de produção dá-se apenas sobre a base do que a nova sociedade herda da velha. E são apenas as empresas relativamente grandes que estão por assim dizer prontas para ser tomadas pela sociedade. O desenvolvimento capitalista preparou-as para isso. Há já um completo divórcio entre os proprietários e o processo de produção em tais empresas; o único laço é o dividendo ou juro pago pela empresa aos accionistas. A produção é executada por um estado maior de operários e empregados; a transferência da propriedade para a sociedade como um todo não altera o seu trabalho. Portanto estas grandes empresas podem ser tomadas imediatamente.

A posição é diferente no caso de empresas mais pequenas, especialmente naquelas em que o próprio proprietário desempenha um papel importante na produção. É óbvio que a gerência de um grande número de pequenas fábricas separadas é uma coisa muito difícil - na realidade, é impossível nas primeiras fases de um governo da classe operária. O que é essencial é preparar o caminho para a gerência centralizada destas empresas mais pequenas, incluindo quer as indústrias da cidade quer as pequenas herdades.

Que diligências práticas se podem fazer nesta direcção? O método geral é encorajar a cooperação, como primeiro passo, para que estes pequenos produtores aprendam a produzir em comum, e para que uma só unidade produtiva fique em vez de dezenas de pequenas unidades. Engels mostrou isso em relação aos pequenos proprietários, a cujo respeito escreveu:

"A nossa tarefa consistirá antes de mais nada em transformar a sua produção individual e a sua propriedade individual em produção cooperativa e propriedade cooperativa, não forçosamente, mas por meio do exemplo e pela oferta de auxílio social para este fim." (Manual de Marxismo, pg. 564).

Esta transformação, "não forçosamente, mas por meio do exemplo, e pela oferta de auxílio social", é a base essencial da maneira Marxista de encarar a construção de uma sociedade socialista. Decerto, como se mostrou no capítulo anterior, Marx viu que a anterior classe dominante não aceitaria de braços cruzados a modificação de condições, e travaria a luta de classe enquanto pudesse esforçar-se por restaurar a velha ordem; a classe operária necessitava portanto de um aparelho de força de Estado para fazer face a tais ataques e os derrotar. Mas o processo de construção da nova sociedade era um processo económico, não dependente do uso da força.

Daqui, segue-se que, uma vez que a classe operária tenha quebrado a resistência da anterior classe dominante e tenha estabelecido a sua própria fiscalização, toma as empresas maiores, os bancos, os caminhos de ferro, e outros "grandes postos de comando" da indústria e do comércio, mas não toma imediatamente toda a produção e comércio, e portanto não força cada um a aceitar o socialismo no dia seguinte ao da revolução. O que a

revolução imediatamente consegue portanto não é nem podia ser socialismo, mas o poder da classe operária para construir o socialismo. E devem passar-se muitos anos antes da construção estar completada, e de toda a produção e distribuição serem feitas em base socialista.

A primeira característica essencial do socialismo é que os meios de produção são tomados da propriedade privada e usados pela sociedade como um todo. Mas a base Marxista para isso não é qualquer princípio ético. É simplesmente que a propriedade privada dos meios de produção põe de facto em cheque a produção e impede o pleno uso das forças produtivas que o homem criou. Portanto a transferência da propriedade para a sociedade como um todo é apenas o desbravamento do terreno; a fase seguinte é o desenvolvimento consciente e planeado das forças produtivas.

É um erro pensar que este desenvolvimento apenas é necessário num país industrial atrasado como a Rússia era em 1917. Marx estava a pensar nos países industriais adiantados quando escreveu que depois de tomar o poder "o proletariado usará a sua supremacia política... para aumentar o total das forças produtivas tão rapidamente quanto possível." E embora estes recursos produtivos, por exemplo na Grã-Bretanha, tenham aumentado enormemente desde os dias de Marx, o facto é que estão ainda atrasados em relação ao que o conhecimento científico de hoje torna possível. Estão atrasados por causa do sistema capitalista - porque as crises económicas constantemente põem em cheque a produção; porque a produção é para o mercado, e como o mercado é restringido sob o capitalismo, o crescimento das forças produtivas é também restringido; porque os monopólios compram as invenções técnicas e impedem que elas sejam largamente usadas; porque a produção não é planeada e não há assim crescimento sistemático; porque o capitalismo tem mantido a agricultura separada e atrasada; porque o capitalismo tem de destinar enormes recursos às guerras entre grupos rivais e às guerras contra os povos coloniais; porque o capitalismo separa o trabalho manual do intelectual, e portanto não abre as comportas da invenção; porque a luta de classes absorve uma enorme quantidade de energia humana; porque o capitalismo deixa milhões de pessoas sem emprego.

Portanto as fábricas e as minas, as estações geradoras e os caminhos de ferro, a agricultura e a pesca podem e devem ser reorganizadas e actualizadas por forma a poder-se atingir um nível mais alto de produção. Qual é o objectivo disso? Elevar o padrão de vida do povo.

Um dos argumentos favoritos dos anti-socialistas costumava ser que se tudo o que é produzido na Grã-Bretanha fosse dividido igualmente, isso muito pouco influiria no padrão de vida dos operários. Mesmo que isso fosse verdade - e não é - nada tem que ver com a concepção de socialismo de Marx. Marx viu que o socialismo elevaria a produção a alturas nunca sonhadas. Não foi simplesmente pelo facto de a Rússia Tzarista estar atrasada que a produção industrial na União Soviética em 1938 atingiu oito vezes o nível de antes da guerra; até mesmo na industrial Grã-Bretanha um enorme aumento se podia fazer e se faria.

Este aumento do nível de produção, e portanto do padrão de vida do povo, é a base material em que o nível intelectual e cultural do povo será elevado.

Mas o desenvolvimento completo requer a produção planeada. Na sociedade capitalista, são construídas novas fábricas e aumenta-se a produção de qualquer artigo particular quando em consequência desse aumento se pode obter um lucro mais elevado. E de maneira nenhuma se segue que o lucro mais elevado signifique que o artigo em questão é necessário ao povo. A procura pode ser proveniente de uma pequena secção de gente muito rica; ou quaisquer circunstâncias excepcionais podem ter feito subir os preços de um artigo. Onde quer que o lucro seja a força motriz, só pode haver anarquia na produção, e o resultado é a constante super-produção num sentido e a sub-produção noutra.

Na sociedade socialista, onde a produção não é para realizar lucros mas para consumo, é possível um plano de produção. De facto, é possível até antes da indústria estar completamente socializada. Logo que as principais empresas estão socializadas e as outras estão mais ou menos regulamentadas, pode ser feito um plano de produção, que aumenta e se torna mais perfeito de ano para ano.

Assim verificamos que Marx viu o socialismo como implicando, no campo económico, a propriedade dos meios de produção pela sociedade como um todo; um rápido aumento das forças produtivas; a produção planeada. E é o caracter do plano de produção que contém o segredo de não poder haver qualquer super-produção sob o socialismo não obstante o facto de os meios de produção estarem a ser sempre aumentados.

O plano nacional de produção compõe-se de duas partes: o plano para novos meios de produção - edifícios, maquinaria, matérias primas, etc. - e o plano para artigos de consumo, não só de alimentação e vestuário mas também de educação, serviços de saúde, divertimentos, desportos, etc., além da administração. Enquanto forem precisas forças de defesa, estas devem ser também tidas em conta no plano.

Nunca pode haver super-produção, porque a produção total de artigos de consumo é sempre atribuída ao povo - quer dizer, os salários e pensões totais de todas as espécies são fixados de maneira a igualizarem o preço total dos artigos de consumo. Pode haver, decerto, mau planeamento - pode-se fixar para um ano a produção de mais bicicletas do que as que o povo desejará ter e a produção de muito menos sapatos que os necessários. Mas tais defeitos são facilmente remediados por um ajustamento do plano seguinte pelo que o equilíbrio é corrigido. É sempre apenas um caso de ajustar a produção entre uma coisa e outra - e nunca de reduzir a produção total, pois o consumo total nunca cai abaixo da produção total de artigos de consumo. E à medida que a produção planeada destes se eleva, eleva-se também a sua distribuição planeada.

Mas tais artigos não são divididos em espécies pelo povo. O mecanismo utilizado é a distribuição de dinheiro ao povo, sob a forma de salários ou subsídios. Como os preços dos artigos de consumo são fixados, os salários e subsídios totais pagos podem ser igualizados ao preço total dos artigos de consumo. Nunca há qualquer discrepância entre a produção e o consumo - o povo tem tudo que esteja disponível; Produção aumentada significa aumento da quantidade de artigos disponíveis e portanto da quantidade que pode ser adquirida pelo povo.

O papel desempenhado pelos preços na sociedade socialista é frequentemente mal interpretado. No sistema capitalista, as flutuações de preços indicam a relação entre o abastecimento e a procura. Se o preço sobe, isso significa que o abastecimento é escasso; se o preço desce, o abastecimento é demasiado abundante e deve ser reduzido. Os preços portanto actuam como um regulador da produção. Mas na sociedade socialista os preços são simplesmente um regulador do consumo; a produção é executada segundo um plano, e os preços são deliberadamente fixados, pelo que tudo o que é produzido será consumido.

Como é a produção total de artigos de consumo partilhada entre o povo? É completamente errado pensar que Marx sempre sustentou que os produtos seriam partilhados igualmente. E não, porquê? Porque uma sociedade socialista não se constrói absolutamente de novo, mas sobre os alicerces que herda do capitalismo. A partilha absolutamente igual iria desgostar aqueles cujo padrão de vida fosse acima da média. Os operários qualificados, cujo trabalho no aumento da produção é de facto mais importante para a sociedade do que o trabalho do trabalhador não qualificado, ficariam descontentes. A igualdade, baseada sobre as condições desiguais deixadas pelo capitalismo não seria portanto justa, mas injusta, pois representaria um castigo imerecido para aqueles. Marx foi completamente claro sobre este ponto: escreveu ele: "Os direitos, em vez de serem iguais, devem ser desiguais... A justiça nunca pode elevar-se acima das condições económicas da sociedade e do desenvolvimento cultural condicionado por elas."

Os homens que acabam de sair da sociedade capitalista são de facto desiguais, e devem ser tratados desigualmente se a sociedade for justa para eles. Por outro lado, a sociedade só tem esta obrigação para com eles se eles bem servirem a sociedade. Portanto "aquele que não trabalha, não come." E segue-se também que ao homem que mais utilmente trabalhe para a sociedade seja também dado um mais elevado padrão de vida. A distribuição do total dos produtos disponíveis para consumo é portanto baseada no princípio: de cada um segundo a sua aptidão a cada um segundo o seu trabalho.

Mas a sociedade socialista não permanece no nível herdado do capitalismo; eleva a produção em cada ano, e ao mesmo tempo eleva a perícia técnica e o desenvolvimento cultural do povo. E a desigualdade de salários - o facto de as pessoas qualificadas e culturalmente desenvolvidas ganharem mais do que as não qualificadas - age como incentivo a todos para elevarem a sua qualificação. Em contrapartida a maior perícia significa maior produção - há mais que distribuir e isso permite elevar o padrão de vida de cada um. A desigualdade numa sociedade socialista é portanto uma alavanca pela qual todo o nível social é elevado, e não, como no capitalismo, uma arma para aumentar a riqueza de uns poucos e a pobreza da maior parte.

Considerava Marx que esta desigualdade seria uma característica permanente da sociedade futura? Não, no sentido de que seria por fim atingida uma fase em que deixava de ser necessário dar às pessoas uma parte proporcional ao serviço que ~~prestassem~~ à sociedade.

No fim de contas, dividir os produtos segundo o trabalho feito ou qualquer outro princípio é confessar que não há o bastante para satisfazer as necessidades de todos. Na sociedade capitalista uma família que tem recursos para obter tanto pão quanto o que todos os membros da família necessitam não divide um pão baseando-se em qualquer princípio: cada membro da família tira o que precisa. E quando a produção numa sociedade socialista se elevou a tal ponto que todos os cidadãos podem tirar o que precisam sem que ninguém fique com falta, já não há o mais leve motivo para medir e limitar o que cada um tira. Quando essa fase é atingida, o princípio sobre que se baseiam a produção e a distribuição passa a ser: de cada um segundo a sua aptidão, a cada um segundo as suas necessidades.

É o ponto em que isto se torna possível que distingue o comunismo do socialismo. O socialismo, segundo o termo usado por Marx é a primeira fase, em que os meios de produção são possuídos pelo povo e portanto já não há mais qualquer exploração do homem pelo homem, mas anterior ao tempo em que a produção socialista planeada tenha elevado a produtividade do país a tal altura que todos possam ter o que precisam.

Mas a fase do comunismo implica muito mais do que simples suficiência material. Desde o tempo em que a classe operária toma o poder e começa a modificação para o socialismo, começa também a dar-se uma modificação no aspecto do povo. Todas as espécies de barreiras que sob o capitalismo pareciam rígidas começam a enfraquecer e são finalmente quebradas. A educação e todas as oportunidades de desenvolvimento são abertas a todas as crianças igualmente, sem olhar à condição ou ao rendimento de seus pais. As diferenças de "casta" já não contam. As crianças aprendem a usar as suas mãos e também os seus cérebros. E esta igualização do trabalho físico e mental gradualmente se espalha por todo o povo. Cada um torna-se um intelectual, ao passo que os intelectuais deixam de separar-se do trabalho físico.

As mulheres deixam de ser consideradas como inferiores ou incapazes de desempenhar o seu papel em todas as esferas da vida da sociedade. São tomadas medidas especiais para que se torne mais fácil para elas o trabalhar. São estabelecidas creches nas fábricas, nos blocos de residências, etc., para que as mãis possam ter maior liberdade. O trabalho das mulheres no lar é reduzido pelas cozinhas comunais, lavandarias e refeitórios. Não se obriga as mulheres a trabalhar mas dá-se-lhes facilidades que tornam o trabalho mais cómodo para elas.

As barreiras entre grupos nacionais são quebradas. Não há "raças submetidas" numa sociedade socialista; ninguém é tratado como superior ou inferior por causa da sua cor ou nacionalidade. Todos os grupos nacionais são ajudados a desenvolver os seus recursos económicos bem como as suas tradições literárias e artísticas.

A democracia não se limita a votar por um representante no parlamento de cinco em cinco anos. Em cada fábrica, em cada bloco de residências, em cada aspecto da vida, os homens e as mulheres estão moldando as suas próprias vidas e o destino do seu país. Cada vez mais gente é lançada para ~~alguma esfera da vida pública~~ alguma esfera da vida pública, cada vez a mais gente é dada responsabilidade para se servir a si e servir os outros. É esta uma muito mais completa e mais real democracia do que a que existe em qualquer outra parte.



A diferença entre a cidade e o campo é quebrada. Os operários nas aldeias aprendem a usar a maquinaria e a elevar a sua perícia técnica ao nível dos operários da cidade. As facilidades culturais e educacionais anteriormente utilizáveis apenas nas cidades desenvolvem-se no campo.

Numa palavra, sobre a base das mudanças ~~XXXXXXXXXX~~ ~~XXXXXXXXXX~~ que o socialismo traz às condições materiais, vastas modificações se dão também no desenvolvimento e aspecto dos homens e mulheres. Passarão a ser gente com "um desenvolvimento completo, um treino completo, enfim gente apta para fazer tudo."

Acima de tudo, o aspecto egoísta, de esforço individual, criado pelo capitalismo terá sido substituído por um aspecto realmente social, por um sentido de responsabilidade para com a sociedade; como Marx escreveu: "o trabalho tornou-se não só um meio de vida, mas a primeira necessidade da vida." Nessa fase da sociedade, a sociedade Comunista, não haverá mais qualquer necessidade de incentivos ou instigações para o trabalho, porque os homens e as mulheres desse tempo não terão outra perspectiva senão a de desempenharem o seu papel no futuro desenvolvimento da sociedade.

É isto Utopia? Só podia ser considerado como Utopia por gente que não compreendesse a base materialista do Marxismo, que foi focada no Capítulo II. Os seres humanos não têm características nem aspectos fixos, eternamente permanentes. Na sociedade tribal primitiva, mesmo nas formas que sobreviveram até tempos recentes, o sentido de responsabilidade para com a tribo era muito grande. Na sociedade posterior, depois da divisão da sociedade em classes, o sentido da responsabilidade social foi quebrado, mas ainda se mostrou num certo sentimento de responsabilidade para com a classe. Na sociedade capitalista há a mais extrema desintegração da responsabilidade social: o sistema faz do "cada um por si" o principal princípio da vida.

Mas mesmo dentro da sociedade capitalista há o que é conhecido como "solidariedade" entre os operários - o sentido de um interesse comum, de uma responsabilidade comum. Isto não é uma ideia que alguém tenha pensado e metido nas cabeças dos operários: é uma ideia que se le-

vanta das condições materiais da vida da classe operária, do facto de eles ganharem a sua vida da mesma maneira, trabalhando lado a lado. O típico individualista ávido, por outro lado, o homem sem qualquer sentido de responsabilidade social ou colectiva, é o capitalista rodeado pelos concorrentes, todos em luta, matando-se uns aos outros para sobreviver. Decerto, as ideias da classe dominante - a concorrência e a rivalidade em vez da solidariedade - tendem a espalhar-se entre os operários, especialmente entre aqueles que são escolhidos pelos patrões para promoção especial de qualquer espécie. Mas a base fundamental para a perspectiva de qualquer classe (como distinta dos indivíduos) está nas suas condições materiais de vida, no modo como ganha a sua vida.

Daqui segue-se que o aspecto do povo pode ser alterado desde que se modifiquem as suas condições materiais, o modo como ganha a sua vida. Nenhum exemplo podia ser melhor do que o da modificação que se tem dado no aspecto do campesinato na União Soviética. Todos os que escreveram sobre o camponês da Rússia Tzarista se referiram ao seu individualismo egocentrista e ávido. Certos críticos da revolução costumavam asseverar que o camponês nunca poderia ser convertido ao socialismo, que a revolução seria quebrada pelo campesinato. E é perfeitamente verdadeiro que a perspectiva do campesinato era tão limitada, tão fixada pelas suas velhas condições de vida, que jamais podia ter sido "convertido" ao socialismo por argumentos, ou forçado ao socialismo por compulsão. O que estes críticos não compreendiam, por não serem Marxistas, era que uma herdade modelo, uma estação de tractores junto deles, fariam ver aos camponeses na prática que se obtinham melhores colheitas pelos métodos de grande escala. E eles foram conquistados pela maquinaria e pelos métodos que só podiam ser executados derrubando os seus marcos divisórios individuais e trabalhando as terras colectivamente. E isto por seu turno derrubou o separatismo da sua perspectiva. Agora estão a fixar-se numa base colectiva de vida e a tornar-se um novo tipo de campesinato - um campesinato colectivo, com um sentido de responsabilidade colectiva, que vai já a alguma distância no caminho para uma perspectiva social.

Quando, portanto, a base material em qualquer país é a produção e a distribuição socialistas, quando o modo por que toda a gente ganha a sua vida é o trabalho para a

sociedade como um todo, então o sentido da responsabilidade social desenvolve-se por assim dizer naturalmente; o povo não mais precisa de ser convencido de que o princípio social é justo. Não se trata de um dever moral abstracto que tenha de estabelecer-se sobre os desejos instintivos da "natureza humana"; a própria natureza humana é transformada pela prática, pelo costume.

Até este ponto não considerámos o que implica a sociedade socialista ou comunista depois de estabelecida no mundo inteiro. Mas o relato total de Marx da sociedade socialista mostra que ela significará o fim das guerras. Quando a produção e a distribuição em cada país forem organizados numa base socialista, não haverá qualquer grupo em nenhum país que tenha o menor interesse em conquistar outros países. Um país capitalista conquista algum país relativamente atrasado para dilatar o sistema capitalista, para abrir novas probabilidades de empregos lucrativos de capitais pelo grupo financeiro-capitalista; para obter novos contratos para caminhos de ferro e docas e talvez nova maquinaria de minas; para obter novas fontes de matérias primas baratas e novos mercados. Mas para um país socialista industrial adiantado o conquistar pela força das armas algum país atrasado seria simplesmente ridículo; alargar o sistema socialista àquele país atrasado significaria abaixamento do padrão de vida do país socialista adiantado. Mais uma vez, não se trata de moral; as sociedades socialistas não farão a guerra porque não há nada que elas, ou quaisquer grupos dentro delas, possam ganhar com a guerra.

Pela mesma razão nenhum Estado socialista tem o mínimo interesse em meter o desenvolvimento de qualquer país atrasado. Pelo contrário, quanto mais cada país desenvolva a sua indústria e o seu nível cultural, melhor será para todos os outros países socialistas, mais alto ~~será~~ o padrão de vida por todo o mundo, mais rico o conteúdo da vida. Portanto aqueles países socialistas que estejam industrialmente adiantados auxiliarão os países atrasados a desenvolver-se, não os reterão no seu progresso e, é claro, não os explorarão de nenhum modo.

Num tal sistema socialista mundial o novo avanço que o homem pode fazer desafia a imaginação. Com toda a vida económica planeada em cada país, e um plano mundial



## CAPÍTULO VII

---

### A PERSPECTIVA MARXISTA DA NATUREZA

---

Já se fixou o ponto de que o Marxismo considera os seres humanos, e portanto a sociedade humana, como parte da natureza. A origem do homem deve portanto encontrar-se no desenvolvimento do mundo; o homem desenvolveu-se de anteriores formas de vida, no decurso de cuja evolução a acção mental e consciente fez a sua aparição. Isto significa que a matéria, que não é consciente, existia antes do pensamento, realidade que é consciente. Mas isso significa também que a matéria, realidade externa, existe independentemente do pensamento (espírito). Esta perspectiva da natureza é conhecida como "materialismo".

A perspectiva oposta, a perspectiva de que o mundo externo não é real, que tem existência apenas no pensamento ou no pensamento de algum ser supremo, é conhecida como idealismo. Há muitas formas de idealismo, mas todas elas asseveram que o espírito, quer humano quer divino, é a realidade primária e que a matéria, se é que tem qualquer realidade, é secundária.

Para os Marxistas, como Engels o estabeleceu "a visão materialista do mundo é simplesmente a concepção da natureza como ela é, sem quaisquer reservas." O mundo externo é real, existe independentemente de sermos ou não sermos conscientes, e a sua moção e desenvolvimento são governados por leis que podem ser descobertas e utilizadas pelo homem, mas que não são dirigidas por qualquer espírito.

O idealismo, por outro lado, porque considera a matéria, realidade externa, como tendo apenas realidade secundária, se é que na verdade é real em qualquer sentido, sustenta também que nunca podemos conhecer a realidade, que nunca podemos compreender os "caminhos misteriosos" do mundo.

Porque é de importância a controvérsia do materialismo versus idealismo? Porque não é precisamente uma questão de especulação e de pensamento abstracto; é, em última análise, uma questão de acção prática. O homem não se limita a observar a Natureza externa: modifica-a, e modificando-a, modifica-se.

Em segundo lugar, o ponto de vista materialista também significa que aquilo que está nos espíritos dos homens, aquilo de que o espírito é consciente, é realidade externa; as ideias são reflexões, por assim dizer; da realidade, e têm a sua origem na realidade externa. Decerto, isso não significa que todas as ideias são verdadeiras, são reflexões correctas de realidade; o ponto é que a experiência actual da realidade dá a prova de correcção.

O idealista, por outro lado, crê em princípios eternamente válidos e não se sente obrigado a fazê-los adaptar-se à realidade. Um exemplo disto nos negócios correntes é o ponto de vista do pacifismo absoluto. O pacifista completamente lógico ignora o mundo real que o rodeia; é um assunto sem importância para ele que na realidade, na experiência actual da vida no dia de hoje, a força seja um facto que não pode ser afastado por meros desejos; que na realidade, na nossa experiência actual, a não resistência à força traga mais força, mais agressão e brutalidade. A base fundamental de um tal pacifismo absoluto está na visão idealista do mundo, na descrença na realidade externa, mesmo que o pacifista em questão não esteja cõscio de que tem uma tal perspectiva filosófica.

O Marxismo, portanto, baseia todas as suas teorias na concepção materialista do mundo, e deste ponto de vista examina o mundo, tenta descobrir as leis que governam o mundo e desde que o homem é uma parte da realidade - as leis que governam o movimento da sociedade humana. E ele comprova todas as suas descobertas, todas as suas conclusões, pela experiência real, rejeitando ou modificando conclusões e teorias que, para usar a frase mais simples, se não adaptam aos factos.

Esta maneira de encarar o mundo (incluindo sempre a sociedade humana) revela certas características gerais, que são reais, e não impostas pelo espírito; a visão Marxista é essencialmente científica, extraída da realidade, não é um sistema inventado por qualquer pensador inteligente. Por causa disso não só vê o mundo como materialista, mas verifica que tem também certas características que são designadas pelo termo "dialético". A frase "materialismo dialético", que expressa a concepção Marxista do mundo é geralmente considerada como misteriosa. Mas não é realmente misteriosa, porque é uma reflexão do mundo real, e é possível explicar a palavra "dialética" descrevendo coisas vulgares que toda a gente reconhecerá.

Em primeiro lugar, a natureza ou o mundo, incluindo a sociedade humana, não é constituído por coisas totalmente distintas e independentes. Todo o cientista sabe isto e até tem a maior dificuldade para fazer os descontos de factores importantes que podem afectar a coisa particular que está estudando. A água é água; mas se a sua temperatura fôr aumentada até um certo ponto (que varia com a pressão atmosférica) transforma-se em vapor; se a sua temperatura fôr baixada, transforma-se em gelo; todas as espécies de outros factores a afectam. Qualquer pessoa vulgar compreende também, se examinar as coisas completamente, que nada, por assim dizer, leva uma existência inteiramente independente; que tudo está dependente de outras coisas.

De facto, esta inter-dependência das coisas pode parecer tão óbvia que pode parecer não haver razão para chamar a atenção para ela. Mas, de facto, o povo nem sempre reconhece a inter-dependência das coisas. Não reconhece que o que é verdadeiro num jogo de circunstâncias pode não ser verdadeiro em outro; estão constatemente a aplicar ideias formadas num determinado jogo de circunstâncias a um jogo de circunstâncias inteiramente diferente. A atitude da liberdade de palavra é um caso a exemplificar. Em geral, a liberdade de palavra auxilia a democracia, auxilia a vontade do povo a expressar-se no curso dos acontecimentos, e é portanto um auxílio para o desenvolvimento da sociedade. Mas a liberdade de palavra para o fascismo, para alguma coisa que é essencialmente repressiva da democracia, é inteiramente diferente; atraza o desenvolvimento da sociedade. E não importa o número de vezes que repitam a fórmula "liberdade de palavra": o que há nela de verdade em circunstâncias normais, para partidos cujo desígnio é a democracia, deixa de ser verdade para partidos fascistas, cujo desígnio é desacreditar a democracia e finalmente destruí-la.

A maneira de ver dialética também constata que nada no mundo é realmente estático, que tudo se move, se modifica, quer elevando-se e desenvolvendo-se quer declinando e morrendo. Todo o conhecimento científico confirma isto. A própria terra está em constante modificação. Isso é mesmo mais óbvio no caso das coisas vivas. Portanto é essencial para qualquer investigação realmente científica da realidade que veja esta modificação e não encare as coisas como se elas fossem eternamente fixas e duradouras.

E porque é essencial salientar esta característica da realidade que é tão óbvia quando a declaramos? Porque na prática não é desta maneira que os homens encaram a realidade, especialmente a sociedade humana, e por causa disso, os homens e mulheres individuais. A pessoa que rejeita a ideia de que a produção para lucro não é uma característica permanente da sociedade humana, que surgiu, se desenvolveu e está agora em declínio - essa pessoa não aplica a concepção de realidade que acaba precisamente de ser descrita como óbvia. E de facto, a concepção de que "assim foi, assim será" encontra-se quase por toda a parte, e é uma constante barreira ao desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade.

Há um outro ponto que se levanta da clara compreensão de que tudo se está modificando, desenvolvendo ou morrendo. Porque é assim é de suprema importância prática reconhecer a fase atingida por cada coisa que nos respeita. O fazendeiro está bastante certo disto quando está a comprar uma vaca; o comprador de uma casa tem isso bem em mente; de facto, nas mais simples coisas práticas da vida ninguém ignora a lei geral. Mas isso infelizmente não é tão bem apreciado no que diz respeito às instituições humanas, especialmente ao sistema de produção e às ideias que arrasta. Porém, este ponto, será desenvolvido mais adiante.

A inter-dependência das coisas, e o facto de as coisas estarem sempre em processo de modificação, têm sido referidos como características óbvias da realidade. A terceira característica que está incluída na maneira de ver dialética da realidade já não é tão óbvia embora seja bastante fácil reconhecer que é verdadeira uma vez enunciada.



Esta característica é: o desenvolvimento que se dá nas coisas não é simples e suave, mas por assim dizer quebrado em certos pontos de maneira muito aguda. O desenvolvimento simples e suave pode dar-se por muito longo tempo, durante o qual a única modificação é que há mais quantidade de uma ~~qualidade~~ qualidade particular na coisa. Para tomar novamente o exemplo da água: enquanto a temperatura está a aumentar a água continua a ser água, com todas as características gerais da água, embora a quantidade do calor esteja a aumentar nela. Semelhantemente, enquanto a temperatura está a baixar, a água continua a ser água, mas a quantidade de calor nela está a decrescer.

Porém, a um certo ponto deste processo de modificação, no ponto de ebulição ou de congelação, dá-se uma súbita quebra; a água modifica completamente as suas qualidades; deixa de ser água para ser vapor ou gelo. Esta característica da realidade é particularmente evidente na química, onde menos ou mais de um constituinte particular determinado modifica completamente o carácter do resultado.

Na sociedade humana, dão-se modificações graduais por um longo período sem qualquer modificação fundamental no carácter da sociedade; depois dá-se uma ruptura, há uma revolução, a velha forma da sociedade é destruída, e uma nova forma passa a existir e começa o seu próprio processo de desenvolvimento. Assim dentro da sociedade feudal, cuja produção era para consumo local, a compra e venda de produtos excedentes levou à produção de coisas para o mercado e assim sucessivamente até aos princípios da produção capitalista. Tudo isto foi um processo gradual de desenvolvimento; mas a um certo ponto a classe capitalista ascendente entrou em conflito com a ordem feudal, derrubou-a, e transformou todo o carácter da produção; a sociedade capitalista tomou o lugar do feudalismo e começou um desenvolvimento mais tempestuoso.

A quarta característica da dialética é a concepção daquilo que causa o desenvolvimento que, como já vimos, é universal. A maneira dialética de encarar as coisas mostra que elas não são simples, nem completamente de um só carácter. Tudo tem o seu lado positivo e o seu lado negativo; tudo tem dentro de si características que

se estão a desenvolver e se tornam mais dominantes, e características que estão a passar e se tornam menos dominantes. Uma característica está sempre a expandir-se e a outra a resistir a essa expansão. E é o conflito entre estas oposições, a luta do factor ascendente para destruir a dominação do outro, e a luta do factor dominante para evitar que o outro factor se desenvolva, que é o conteúdo de todo o processo de modificação que termina por fim numa quebra violenta.

Isto é mais claramente visto na sociedade humana. Em cada fase histórica houve divisão em classes, uma das quais se estava a desenvolver e a outra a declinar. Tal foi o caso na sociedade feudal, com o capitalismo a desenvolver-se no germen e, à medida que se desenvolvia, a entrar cada vez mais em conflito com o feudalismo. Dá-se o mesmo no período capitalista, com a classe operária como factor ascendente que "tem o futuro nas suas mãos". A sociedade capitalista não é toda de uma só espécie. tal como os capitalistas se desenvolvem, também se desenvolvem os operários. O conflito entre estas classes desenvolve-se. É este conflito, esta "contradição" dentro do capitalismo, e as lutas reais que surgem da divisão em classes, que por fim levam à ruptura aguda, à revolução.

É agora possível conglobar as várias ideias cobertas pela frase "materialismo dialético". O materialismo dialético é o ponto de vista que sustenta que a realidade existe à parte a nossa consciência dela; e que esta realidade não é de fragmentos isolados mas interdependentes; que não está estática mas em movimento, desenvolvendo-se e morrendo; que este desenvolvimento é gradual até um ponto, em que há uma ruptura aguda e algo de novo aparece; que o desenvolvimento se dá por causa do conflito interno, e que a ruptura aguda é a vitória do factor ascendente sobre o factor ~~moribundo~~.

É esta concepção do mundo, incluindo a sociedade humana, que distingue agudamente o Marxismo de todas as outras maneiras de encarar a realidade. Decerto, o materialismo dialético não é algo que se põe acima da realidade - uma perspectiva arbitrariamente arbitrada a que o mundo se deva adaptar. Pelo contrário, pretende ser a mais precisa representação do mundo, reclama ser extraído do conhecimento e da experiência ~~recolhidos~~ acumulados do homem. Está no espírito do Marxista porque está no mundo externo; é "a real forma das coisas".

As descobertas da ciência estão a confirmar cada vez mais que isto é assim; os cientistas que encaram a natureza sob o ponto de vista dialético verificam que ele revela novos factos, explica coisas que pareciam inexplicáveis. Mas na presente fase do desenvolvimento humano a perspectiva inteira do materialismo dialético é da maior importância em relação à sociedade humana.

Os exemplos dados anteriormente neste capítulo servem para mostrar a diferença de perspectivas entre os Marxistas e os não-Marxistas em relação com o desenvolvimento da sociedade e as ideias que ressaltam deste desenvolvimento. Há outros exemplos noutros capítulos. Mas a questão da natureza da realidade é de tal importância prática na vida e nas acções dos homens e das mulheres que vale a pena um estudo mais íntimo.

Notou-se acima que a perspectiva materialista significa que a matéria, realidade externa, é considerada como primária, e o espírito como secundário, como algo que se desenvolve sobre a base da matéria. Segue-se que a existência física do homem, e portanto dos caminhos em que é preservada, vêm antes das ideias que o homem forma da sua própria vida e dos métodos de viver. Por outras palavras, a prática vem antes da teoria. O homem começou a viver muito antes de ter começado a ter ideias sobre isso. Mas também as ideias, quando ele as desenvolveu, foram associadas com a sua prática; quer isto dizer, a teoria e a prática marcharam em conjunto. E isto foi assim não só nas primeiras fases mas em todas as fases. Os caminhos práticos em que os homens conseguem a sua vida são a base das suas ideias. As suas ideias políticas surgem da mesma raiz; as suas instituições políticas são formadas na prática de preservar o sistema de produção, e de maneira sobre a base de quaisquer princípios abstractos. As instituições e ideias de cada idade são um reflexo da prática nessa idade. Não têm existência e história independentes, desenvolvendo-se, por assim dizer, de ideia para ideia, mas desenvolvem-se quando o modo material da produção se modifica. Um novo costume toma o lugar do costume velho e dá origem a novas ideias.

Mas as velhas ideias e instituições persistem ao lado das novas. As ideias que se desenvolveram do sistema feudal de produção, tais como o respeito para com o monarca e a nobreza, desempenham ainda um papel importante na Grã-Bretanha capitalista. Há ideias desenvolvidas do sistema capitalista de produção; algumas são modificações de velhas formas, tais como o respeito pela riqueza independentemente de nascimento nobre. Depois há as ideias socialistas, derivadas essencialmente do facto de que a produção sob o capitalismo se torna cada vez mais social no character, mais colectiva e inter-dependente. Estes três jogos de ideias são correntes na sociedade de hoje, e nenhuma delas é finalmente e absolutamente verdadeira, válida para toda a eternidade.

Isto, porém, não significa que o Marxismo as considere todas como igualmente irreais. Pelo contrário, o Marxismo vê as ideias feudais como completamente passadas, as ideias capitalistas como estando em declínio, e as ideias socialistas como estando a tornar-se válidas. Ou antes, nesta fase, não só a tornar-se. Pois desde Novembro de 1917 tem sido possível comprovar as ideias socialistas com a experiência real: provar que elas se adaptam à realidade. A ideia principal, que mesmo a vasta e complexa maquinaria moderna de produção pode ser organizada para uso e não para lucro, tem sido confirmada na prática. A experiência tem mostrado que isto significa também um enorme aumento da produção, a abolição das crises, e uma contínua elevação do padrão de nível do povo. Por outras palavras, as ideias socialistas, cientificamente desenvolvidas por Marx dos factos observados do desenvolvimento económico e social, permaneceram, para assim dizer, uma hipótese científica até 1917; agora, a experiência confirmou-as como verdadeiras.

A acção consciente do Partido Comunista Russo, cuja perspectiva era Marxista, provocou o derubamento do velho sistema e o estabelecimento do novo. Desse ponto em diante, o povo russo - na grande maior parte não-Marxista na sua perspectiva - começou a experimentar o novo sistema, a tornar-se socialista na prática. Sobre uma tal base



## CAPÍTULO VIII

=====

### UMA DIRECTRIZ PARA A ACÇÃO

=====

Numa das suas primeiras obras Marx escreveu: "Os filósofos apenas têm interpretado o mundo de várias maneiras; a questão, porém, é modificá-lo." Para Marx este era o ponto essencial de toda a sua perspectiva do mundo - o "Marxismo" não era uma ciência académica, mas conhecimento a utilizar pelo homem para modificar o mundo.

Não era bastante saber que o capitalismo era apenas uma fase transitória e que o socialismo devia suceder-lhe; era claro também que isso não aconteceria por si mesmo, em resultado de modificações puramente económicas. Por muitas crises que surgissem, por muitos sofrimentos que o capitalismo ocasionasse, não havia ponto em que o capitalismo se transformasse em socialismo como a água se transforma em gelo quando a sua temperatura desce a 32 graus Fahrenheit (0 graus Centígrados). A humanidade não dá o salto de um sistema de produção para outro a não ser em resultado da acção humana. E o Marxismo pretende fornecer o conhecimento e o método que podem conduzir a acção humana àquele fim.

Os largos contornos da acção que porá fim ao capitalismo e abrirá o caminho ao socialismo são já claros: Marx viu como essencial a acção da classe operária, pelo uso de "meios de força" contra a força empregada pela classe dominante para impedir qualquer modificação nos seus próprios privilégios económicos e políticos. Mas esta fórmula

geral tinha de ser executada segundo a experiência real da classe operária. Das experiências revolucionárias de 1848 e 1871 Marx pôde extrair certas conclusões acerca do carácter da luta e da forma de governo que a classe operária estabelecerá depois de ter tomado o Poder. Mas o problema é muito mais vasto do que isso: é a questão de como a classe operária se prepara para a luta final.

Marx estava continuamente a trabalhar neste problema, não de maneira abstracta, mas pela forma muito prática de tomar parte na construção de vários tipos de organização da classe operária, de que, segundo ele considerava, dependeria toda a acção futura. O famoso "Manifesto Comunista" de 1848 foi um manifesto da Liga Comunista, organização de que Marx foi membro activo durante muitos anos; a "Associação Internacional dos Operários", agora conhecida como Primeira Internacional, foi fundada pelos seus esforços em 1864. Marx estava continuamente em contacto com o movimento trabalhista Britânico do seu tempo, bem como com os vários movimentos da classe operária em outros países.

Mas naqueles dias só uma pequeníssima fracção da classe operária estava organizada, mesmo só em sindicatos e cooperativas, e em nenhum país havia um partido político da classe operária de qualquer grandeza ou influência.

E não só era esse o caso como em muitos países Europeus a própria classe operária mal estava ainda formada. Por toda a parte fora da indústria capitalista Britânica, ela estava ainda nas primeiras fases, e a classe capitalista ascendente estava ainda a lutar para se firmar contra as sobrevivências da aristocracia feudal. O estabelecimento de partidos operários e a natureza do seu trabalho tinham de relacionar-se com a fase de desenvolvimento atingida em cada país. Através de toda a série de revoluções em 1848, Marx e os seus colegas socialistas associaram-se às lutas contra a autocracia. Engels lutou no exército democrático Germânico contra as forças do rei da Prússia.

Além disso, o Manifesto Comunista acentuando a necessidade do socialismo e de uma revolução da classe operária para ganhá-lo, foi publicado em princípios de 1848. Aqueles que vêem no Marxismo uma série de dogmas rígidos, pode

parecer difícil conciliar a teoria da revolução da classe operária com a participação numa luta democrática em que a parte de chefia era desempenhada pelos capitalistas e por várias secções da "pequena burguesia" ou classe média. O propósito da luta não era o socialismo mas a obtenção de alguma forma de democracia parlamentar.

Para Marx, porém, o resultado era inteiramente claro. Naquela fase, no todo do processo histórico, a classe operária estava inteiramente impreparada para executar a sua missão histórica. Apenas podia auxiliar o andamento do processo clareando a estrada pela qual tinha de avançar. E para fazer isto tinha de aliar-se com outras secções do povo que estavam também interessadas em limpar a estrada das barreiras autocráticas feudais. A fase seguinte chegaria - mais ou menos rapidamente, de acordo com o grau de sucesso contra a autocracia feudal, o estágio do desenvolvimento capitalista e o desenvolvimento da própria classe operária. Portanto, o objectivo imediato da estratégia da classe operária devia ser destruir a autocracia e estabelecer condições democráticas parlamentares que auxiliariam os operários a desenvolver as suas organizações e a sua compreensão do objectivo final.

Nos países como a Grã-Bretanha, onde a democracia parlamentar já estava estabelecida, os objectivos imediatos da classe operária eram diferentes, mas também não eram necessariamente a tomada imediate do Poder, simplesmente pela razão de que os operários não estavam ainda prontos. Na Grã-Bretanha nem sequer havia um partido político operário; havia apenas pequenos grupos socialistas, e os operários em geral estavam ainda estreitamente associados com o Partido Liberal. Portanto, o desígnio imediato era o estabelecimento de um partido político operário, que sairia dos Liberais e apresentaria um programa socialista, apoiando ao mesmo tempo toda a forma de luta da classe operária no campo industrial, social e político.

Marx considerava a formação do partido político da classe operária como o primeiro passo importantíssimo na luta pelo Poder contra os capitalistas. Mas não se tratava apenas de ter uma organização política: era igualmente importante que a política do Partido fosse "Marxista" - isto é, devia ser



baseada na perspectiva Marxista do mundo; devia ser baseada na compreensão do papel desempenhado na história pela luta de classes; devia ver toda a luta como desbravando caminho para a luta final que traria o socialismo.

Marx e Engels desempenharam um papel considerável na formação das políticas dos partidos políticos que se fundaram no seu tempo. Mas à parte a Comuna de Paris de curta vida, que não foi - ela mesma - comandada e dirigida por um simples partido operário, o curso dos acontecimentos não tornava possível aos operários em qualquer país passar além das primeiras fases de organização da sua luta contra o capitalismo.

Só no começo deste século é que o desenvolvimento dos monopólios numa escala geral e a emergência da fase imperialista do capitalismo descrita no Capítulo IV, apressaram o passo do movimento da classe operária e ao mesmo tempo trouxeram uma nova fase de rivalidade imperialista e de conflito de classes.

Isto não punha o "Marxismo" desactualizado. Mas o facto de se ter atingido uma nova fase no desenvolvimento do capitalismo e das relações entre os capitalistas e os operários significava que a estratégia e a tática da luta de classes tinha de desenvolver-se para além do que Marx e Engels estavam aptos a fazer no período em que viveram.

Esta aplicação do "Marxismo" ao período do imperialismo e da revolução foi executada por Lenin.

Não é possível dar mais do que um punhado das ideias orientadoras desenvolvidas por Lenin neste sentido; as que são talvez de maior interesse no tempo actual são: a teoria dos aliados da classe operária; a democracia parlamentar; e a questão da guerra.

Já se mostrou que Marx tinha acentuado repetidamente o ponto de que a classe que derruba uma anterior classe dominante entra em acção ao lado de outras secções do povo. No caso do derrubamento capitalista da autocracia feudal, os capitalistas foram sempre apoiados pelo campesinato, pelas classes médias e pela classe operária em tanto quanto se tinha já desenvolvido. Qual devia ser a natureza da aliança quando viesse a fase do derrubamento da classe capitalista?

Seria contrário a toda a perspectiva do Marxismo pensar que se podia encontrar qualquer fórmula rígida aplicável a todo e qualquer país em todo e qualquer tempo. Uma das mais fundamentais ideias do Marxismo é a inter-dependência das coisas. A classe operária como qualquer outra coisa no mundo não vive no vácuo; há um mundo muito definido e real em redor dela, incluindo um agrupamento particular de outras classes e secções de classes, que varia de época para época e de país para país.

Tome-se a Rússia para exemplo - a Rússia Tzarista até à revolução de Março de 1917. A classe operária, numericamente pequena, estava rodeada de um vasto oceano de camponeses e por outras secções "médias" - lojistas, pequenos comerciantes, diplomados, etc. Todos estes queriam a libertação do domínio autocrático; o campesinato queria mais terra. Era possível, portanto, para a secção Bolchevista (maioria) do Partido Trabalhista Social-Democrata Russo, chefiada por Lenin, formar uma aliança com o conjunto do campesinato, não obstante o facto de alguns camponeses serem relativamente ricos e outros pobres. Combinadas as suas forças, o movimento contra o Tzarismo, tanto na cidade como no campo, derrubou o Tzar na revolução de Março de 1917. Um "Governo Provisório" de capitalistas foi formado; ao mesmo tempo deu-se uma modificação nas relações entre os operários e os camponeses. O principal inimigo da classe operária e do campesinato tinha sido o Tzarismo; mas agora o Tzar fora-se. O principal inimigo da classe operária, o inimigo que barrava agora o avanço da classe operária, era a classe capitalista representada pelo Governo Provisório. Mas nem todos os camponeses consideravam a classe capitalista como sua inimiga. Pelo contrário, os camponeses mais ricos, os kulaks, que empregavam trabalho, comerciavam e especu-

lavam, consideravam como seu o Governo Provisório. Portanto, naquela fase, a classe operária não podia aliar-se com todo o campesinato mas apenas com o campesinato mais pobre e os trabalhadores sem terra. Foi esta aliança que levou a cabo a Revolução de Novembro de 1917 na cidade e no campo. Mas sem a primeira aliança - a aliança com todo o campesinato contra o Tzar - a primeira revolução teria sido impossível em Março de 1917, e a fase da revolução de Novembro não teria amadurecido.

A fórmula geral de uma aliança da classe operária com outras secções contra o principal inimigo, a classe que está a impedir o avanço, mantém sempre todo o seu valor; mas a fim de aplicá-la num país em particular é necessário fazer uma análise de todas as forças de classe no país (em certas circunstâncias, em outros países também, como no caso da Espanha) para esclarecer qual a secção que é o principal inimigo no sentido descrito. Uma vez determinado o principal inimigo, vem então a questão de quais são as outras secções, além da classe operária, que estão também interessadas em limpar a estrada do principal inimigo; e quando essa análise tiver sido feita, é possível estabelecer uma linha de política que trará as secções do povo mais vastas que seja possível para a acção contra o principal inimigo.

Como vimos, com a aparição da fase de monopólio no capitalismo, o poder económico (e portanto político) tem-se concentrado cada vez mais nas mãos de pequenos e riquíssimos grupos em cada um dos países industrialmente desenvolvidos. Isto significa não só que o conflito entre estes grupos e a classe operária se torna mais agudo, mas também que importantes diferenças se desenvolvem dentro da própria classe capitalista. É perfeitamente verdadeiro que a classe capitalista tem sempre tido secções mais e menos ricas; mas na fase dos monopólios mundiais, o grupo financeiro-capitalista é dividido da massa dos capitalistas mais pequenos por um grande golfo. Os interesses do grupo financeiro-capitalista em estenderem a sua área de monopólio, em conquistarem novos territórios, e nas suas negociações com outros grupos financeiro-capitalistas rivais em outros países (quer para divisão de mercados, quer para acordos de fixação de preços ou para aplicação de tarifas hostis, e mesmo para a guerra) entram em conflito directo com os interesses dos capitalistas mais pequenos. Os capitalistas mais pequenos sentem-se ameaçados no direito à existência pelos monopólios. Passo a passo - umas vezes apenas

como indivíduos, outras em secções inteiras - vêm a considerar o avanço dos monopolistas como o perigo mais imediato a ameaçá-los.

Quando a secção mais agressiva do grupo financeiro-capitalista se volta para o fascismo, quando abertamente toma o controle de toda a organização política e económica do país, então os capitalistas mais pequenos e as classes médias tornam-se mais conscientes do facto de que os monopolistas são o seu principal inimigo imediato. A pressão é maior; o desamparo político das secções médias do povo é mais evidente.

O facto de, por exemplo na Alemanha, os capitalistas mais pequenos e as classes médias geralmente terem alinhado primeiro ao lado dos fascistas, isto é, dos capitalistas monopolizadores, não altera a análise económica. Simplesmente significa, por um lado, que a propaganda fascista, incluindo a propaganda anti-judaica, conseguiu ocultar o principal inimigo dos capitalistas mais pequenos; e por outro lado, que conseguiu isso porque o movimento da classe operária não estava unido e não estava portanto apto a atacar o principal inimigo de forma tão clara que os capitalistas mais pequenos e as classes médias pudessem ter sido atirados para a luta como aliados.

De facto, porém, a despeito de repetidas ondas de propaganda anti-semita, tornou-se crescentemente difícil para os grupos financeiro-capitalistas alemães (e italianos) manter a lealdade dos capitalistas mais pequenos e das classes médias em geral; os factos económicos quebravam todas as mascaras. E portanto mais uma vez, embora numa fase desesperadoramente tardia, a aliança da classe operária nos países fascistas com os capitalistas mais pequenos e as classes médias tornou-se possível e necessária, a fim de derrotar o principal inimigo.

O caso da China pode ser tomado para exemplificar a análise Marxista em relação a um país que seja quase uma colónia. Em 1926, o movimento operário em aliança com o Kuomintang - a organização nacionalista chinesa de grandes proprietários e capitalistas - avançou de Cantão para o norte com o objectivo

de unificar a China contra os imperialistas estrangeiros. Em 1927, o Kuomintang, sob a chefia de Chiang-Kai-Shek, ~~quebrou a aliança~~ quebrou a aliança, entrou em acordo com os estrangeiros, e voltou-se contra a classe operária. Durante praticamente dez anos Chiang-Kai-Shek empreendeu a guerra contra os operários e camponeses das áreas "vermelhas". Durante este período, a classe operária e o campesinato revolucionário não tinham outra alternativa senão a de lutarem pela sua existência. Mas quando os japoneses atacaram a China, a classe operária e os camponeses chineses, guiados pelo Partido Comunista, que compreendeu a maneira marxista de encarar as coisas, verificaram que uma nova situação tinha surgido. O principal inimigo agora não eram os grandes proprietários e capitalistas nem os grupos imperialistas ingleses, americanos ou franceses. O principal inimigo, o inimigo que mais de perto estava ameaçando o avanço da classe operária, era o invasor japonês. Contra esse principal inimigo todas as secções do povo chinês podiam unir-se. E essa política foi aplicada, com resultados muito inesperados para os japoneses. Uma maneira não-marxista de encarar a situação teria mantido a hostilidade a Chiang-Kai-Shek e ao Kuomintang simplesmente porque não representavam nem podiam representar os interesses da classe operária em geral. Mas podiam representar e representavam o interesse particular da classe operária, que era também o deles, de libertar a China do invasor japonês. Isto salienta o ponto de que não pode haver qualquer aliança efectiva a não ser sobre casos em que os interesses da classe operária coincidam realmente com os interesses de outras secções. Não é uma questão de ou os operários e seus aliados abandonarem os seus interesses especiais, ou iludirem os seus sócios na aliança quanto aos seus reais desígnios. Essa é a maneira caracteristicamente fascista de encarar as coisas. A essência da aliança de classes é que, numa determinada ocasião, em circunstâncias especiais, os interesses dos aliados são idênticos. Foi isto que trouxe os operários, os camponeses, as classes médias e as secções nacionalistas do povo espanhol para a aliança contra os grandes proprietários e banqueiros e contra os invasores estrangeiros.

Há muitas vezes considerável confusão acerca de "classes médias". O termo é popularmente usado como implicando uma vaga espécie de estado social. Mas o marxismo vê a classe média como um grupo económico - uma classe que não ganha a sua vida empregando operários que produzam valor excedente (mais-valia) para ela, nem produzindo valor excedente (mais-valia) para patrões. Não se compõe de capitalistas nem de operários. Consiste em gente independente que trabalha para

si mesma. O camponês típico, que trabalha o seu pedaço de terra por ele mesmo, pertence a este grupo "médio". O mesmo se dá com o fazendeiro-trabalhador na Grã-Bretanha. Não importa que empregue um ou dois homens; o ponto é que trabalhe e tenha de trabalhar, por não poder viver do trabalho de alguns homens que possa empregar. Exactamente o mesmo acontece com os pequenos lojistas ou os pequenos industriais nas cidades. Não são capitalistas nem proletários; estão no grupo "médio". É perfeitamente claro que embora a escala neste grupo toque na classe capitalista em uma das extremidades e na classe operária na outra, os seus interesses são inteiramente distintos dos interesses dos capitalistas monopolizadores.

Dá-se ainda o mesmo com a classe média dos profissionais - os doutores, os architectos, os cientistas, os músicos, os escritores, etc. Estes em nenhum caso são capitalistas; quando muito, são trabalhadores independentes. Os seus interesses, também, são inteiramente distintos dos interesses dos capitalistas monopolizadores.

Em considerável extensão, estas secções médias têm interesses económicos que são idênticos aos da classe operária. O pequeno lojista nas áreas de miséria cedo percebe isso. O trabalhador profissional não prospera, mas perde trabalho, quando os serviços sociais são reduzidos. Na fase em que o capitalismo monopolizador se está esforçando por espalhar o fascismo e a guerra, a perspectiva intelectual e política destas secções recebe pesados choques e torna-se-lhes muito mais fácil compreender que os seus interesses se aproximam muito mais dos interesses dos operários que dos interesses dos capitalistas monopolizadores.

É esta real identidade de interesses que constitue a base da Frente Popular, e que se torna cada vez mais evidente no decorrer da luta contra o principal inimigo.

É óbvio que a transformação destas secções médias em apoios conscientes da sociedade socialista só se pode tornar geral quando o sistema económico fôr modificado, quando os aliados da classe operária começarem a ganhar a sua vida de maneira diferente. Mas é igualmente óbvio que no decorrer da luta aliada contra o principal inimigo, os aliados da classe operária, em número cada

vez maior, se tornarão cõscios de todo o curso das coisas - em resumo, se tornarão Marxistas. E isto é importante para a transformação das secções a que pertencem.

A maneira Marxista de encarar a democracia parlamentar e a ditadura do proletariado é também baseada não em princípios abstractos de governo, mas na fase atingida pelo desenvolvimento da luta de classes.

Já se fez referência ao modo como Marx acentuou a necessidade para a classe operária de lutar pela democracia parlamentar contra a autocracia, e pelo constante alargamento dos direitos democráticos. Mas a democracia parlamentar, como todas as outras instituições, não é eterna; historicamente, em praticamente todos os países, desenvolveu-se para ir de encontro as necessidades da classe capitalista ascendente contra as autocracias feudais. Em certas fases, auxilia também a classe operária a progredir; mas não em todas as fases. Os Marxistas Russos, por exemplo, associaram-se em geral aos pedidos para o estabelecimento de uma Duma (o parlamento russo). Mas quando por último, no Outono de 1905, o Tzar anunciou que a primeira Duma seria convocada, eles organizaram a obstrução contra ela. Porquê? Porque naquela ocasião a maré revolucionária ia alta. A aceitação da Duma, a organização de uma campanha eleitoral e o desvio da atenção para a luta parlamentar abafariam a luta de massas no país, e tornariam mais fácil ao Tzar o esmagamento do movimento revolucionário. O Parlamento em tais circunstâncias significava não um auxílio ao avanço da classe operária, mas a sua detenção.

Por outro lado, quando o movimento revolucionário tinha sido derrotado e a maquinaria das eleições e do parlamento significavam oportunidades legais para propaganda pela classe operária da continuação do movimento e para o fazer progredir de novo, os Marxistas Russos participaram nas Dumas posteriores - e utilizaram-nas com grande eficácia para preparar os operários para o avanço seguinte.

Então, novamente, em Março de 1917, quando o Tzar abdicou e o Governo Provisório foi formado com os representantes capitalistas na Duma, os Marxistas Russos não a apoiaram e reclamaram "Todo o Poder para os Soviets". Naquela fase, mais uma vez ainda a maquinaria parlamentar só poderia servir para deter um novo

avanço, que teria de ser feito com a própria organização dos operários. E quando, depois da revolução de Novembro de 1917, os revolucionários realmente conquistaram todo o Poder, foi através deles que a classe operária exerceu a sua democracia para o povo comum e a sua ditadura sobre os grandes senhores proprietários e capitalistas e os que os apoiavam.

O mesmo método é seguido pelos Marxistas em cada fase: Auxilia o Parlamento neste momento e neste país em particular o progresso da classe operária (o que quer dizer, o progresso da espécie humana) ou serve apenas para reter o avanço? Na Alemanha, depois da abdicação do Kaiser em 1918, por exemplo, aquela questão foi necessariamente levantada. E os Marxistas deram a resposta: neste ponto da história, em que a classe operária está em movimento, em que a anterior classe dominante está em retirada, só os Soviets podem levar a luta por diante; a restauração do Reichstag (parlamento alemão) significaria a restauração do domínio capitalista e a derrota da classe operária. Infelizmente, a classe operária era influenciada principalmente não por Marxistas, mas pelos Sociais Democratas, que tinham apoiado o Governo do Kaiser na Guerra. Eles apresentaram a democracia parlamentar como um princípio por assim dizer sagrado, um princípio a ser aplicado em todos os tempos e em todas as circunstâncias. Conseguiram a sua aplicação; e a subsequente história da Alemanha é a penalidade que a classe operária - e não só na Alemanha - tem tido de pagar por ter acreditado nas falsas noções dos chefes sociais-democratas alemães da classe operária.

Por todo o período posterior à guerra, quando a classe dominante nos vários países estava enfraquecida e o movimento operário se mostrava mais forte em organização e actividade, os Marxistas acentuaram o papel reaccionário desempenhado pelos parlamentos, o seu uso pela classe dominante para retardar o avanço social e para sancionar medidas repressivas contra os operários. Isto não porque os Marxistas fossem contra a democracia mas porque eram por uma democracia mais completa - porque queriam ganhar a "batalha da democracia", pelo derrubamento do domínio capitalista e pelo estabelecimento dos Soviets, domínio da classe operária; e por isso fizeram notar que na prática a democracia parlamentar naquela fase significava a ditadura reaccionária capitalista.

Mas com o avanço do fascismo • quando os grupos financeiro-



-capitalistas começaram a voltar-se para uma ditadura às escâncaras - a defesa da democracia parlamentar significava a conservação de uma estrada aberta para a classe operária: a protecção das suas organizações e dos direitos que tinha conquistado. E portanto os Marxistas apoiaram a democracia parlamentar como a apoio sempre contra o fascismo; embora possa vir um tempo em que novamente a democracia parlamentar seja um travão para o avanço da classe operária, que se voltará então para os soviets como a forma democrática ~~através~~ através da qual poderá ganhar o socialismo.

A maneira Marxista de encarar a questão da guerra tem o mesmo carácter: não pode haver um princípio geral abstracto, applicável a todas as guerras e em todos os tempos. A questão é apenas esta: Esta guerra auxilia ou detém o avanço da classe operária? Ou posta em termos da própria guerra: Esta guerra significa mais guerras, ou auxilia a acabar com o sistema que provoca as guerras? É claro que a guerra civil, a luta da classe operária e dos seus aliados para derrubar a presente classe dominante, auxilia a acabar com o sistema que provoca as guerras; é portanto justa e necessária porque a classe dominante usa da força para se manter no Poder. E deve ser igualmente claro que as guerras de libertação dos povos sujeitos auxiliam também o progresso do avanço da classe operária e enfraquecem a classe dominante; portanto os Marxistas também as consideram justas e necessárias.

No caso das guerras imperialistas de conquista (como a conquista da Abissínia ou da Albânia pela Itália fascista) a conclusão é igualmente clara: tais guerras são injustas, repelem o avanço da classe operária, fortalecem a classe dominante. Na extensão em que a classe operária no país imperialista esteja organizada e apta a actuar, só pode ter uma atitude: provocar a derrota e, se possível, usar a situação de guerra para derrubar a classe dominante e tomar o Poder. Precisamente a mesma atitude se applica às guerras imperialistas de conquista entre duas potências imperialistas rivais; a classe operária só contribuirá para que lhe lancem novas algemas se auxiliar a classe dominante em tais guerras. O seu objectivo em ambos os países deve ser provocar a derrota e, se possível, utilizar a situação de guerra para derrubar a classe dominante e tomar o Poder.

Por outro lado, nem todas as guerras em que o país im-

perialista é envolvido se podem classificar como guerras de conquista. Na presente fase histórica, em particular, em que a ameaça imediata de guerras de conquista vem dos Estados fascistas, não pode ser indiferente à classe operária que o país democrático seja ou não conquistado pelo fascismo. Se, por exemplo, Chamberlain não tivesse sido bem sucedido na entrega da Tchecoslováquia à Alemanha; se a Tchecoslováquia tivesse resistido; se a França tivesse cumprido o seu compromisso de a auxiliar; e se, apesar disso, a Alemanha tivesse atacado a Tchecoslováquia (o que, decerto, não teria acontecido), a guerra não teria sido uma guerra injusta por parte da Tchecoslováquia, da França e da União Soviética. A classe operária da Tchecoslováquia e da França não teria como objectivo a derrota do seu próprio país, mas a derrota do agressor fascista, pois a derrota de Hitler em tal guerra significaria a libertação da classe operária alemã e um imenso ímpeto ao avanço da classe operária em todos os países.

Naturalmente - e seria esse o caso em qualquer país democrático capitalista envolvido na guerra contra a agressão fascista - a classe operária não teria aceitado passivamente a política e os métodos da classe dominante francesa. Teria feito o máximo possível para assegurar a condução da guerra por um Governo que realmente representasse o povo, que estivesse realmente resolvido com determinação a derrotar o fascismo. Portanto, ao mesmo tempo que apoiaria o esforço de guerra, a classe operária resistiria a todos os esforços empregados pela classe dominante no sentido de tirar proveito da guerra para melhorar a sua posição ou para chegar a acordo de compromisso com o inimigo fascista a fim de se salvar da derrota. Mas a classe operária esforçar-se-ia acima de tudo por ganhar a guerra, por derrotar o fascismo, porque a vitória poria um termo a todo o período de repressão fascista e abriria o caminho para um rápido avanço em cada país.

Assim vemos que na questão dos aliados, na questão da democracia parlamentar, e na questão da guerra - o Marxismo insiste em que a análise da situação real e da relação das forças de classe é o necessário caminho de acesso. Nada de dogmas que se apliquem onde quer que seja, mas uma análise cuidadosa e uma política determinada por um princípio geral: isto auxilia ou impede o avanço da classe operária nesta fase particular, nestas circunstâncias particulares?

Este caminho de acesso, no fim de contas, é o único caminho de acesso científico para todos os factos da Natureza.

Só os que não aceitem o Homem como fazendo parte da Natureza e crêem que ele é, em algum sentido, independente dela e está sujeito a princípios morais eternos e que de algum modo sejam mais válidos do que os factos da vida, podem achar difícil de entender a maneira Marxista de encarar os problemas de acção.

As leis da Natureza externa não operam no abstracto, indifferentemente a todos os factos circundantes. A temperatura, a pressão, a influência de outros objectos, determinam a real operação dessas Leis. No caso da Sociedade Humana, com a sua enorme complexidade, a sua enorme massa de relações mentais e físicas, seria totalmente incientífico esperar leis universais rígidas, que se applicassem a todas as circunstâncias.

É precisamente este acesso incientífico, o acesso sob o ponto de vista de dogmas universais, que traz o desastre aonde quer que seja applicado na sociedade humana. O Marxismo liberta os homens dos dogmas que eles consideravam eternamente válidos mas que são de facto apenas um reflexo dos interesses de classe numa época e num lugar. É libertando-os destes dogmas, aponta o caminho do progresso para a sociedade humana como um todo, e dá-lhes as directrizes para a sua própria acção.

:-:-:-:-:-  
 -:-:-:-  
 :-:  
 :